

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico objetiva organizar a escola nos seus aspectos pedagógicos e administrativos e dar direção ao processo educativo de forma que ela cumpra sua função social.

O documento está estruturado da seguinte maneira: inicialmente apresenta os dados de identificação da escola, as modalidades de ensino que oferta e o diagnóstico da realidade escolar. Em seguida, são explicitados os princípios filosóficos e pedagógicos da instituição, destacando-se as concepções que fundamentam o trabalho pedagógico na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na seqüência, são apresentados os itens relacionados à forma de organização do trabalho pedagógico, ações educativas complementares, processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes e de aprimoramento da prática pedagógica e administrativa, gestão escolar, regime escolar e avaliação institucional.

Entendemos que a educação é um instrumento gerador das transformações sociais e a escola é legalmente instituída para viabilizar o acesso à cultura e ao conhecimento científico para que o estudante exerça mais plenamente sua cidadania.

Frente ainda ao desafio que se apresenta no momento atual este projeto é uma contribuição na busca pela melhoria da qualidade de ensino.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA:

1.1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Escola Municipal Ana Hella – Ensino Fundamental

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Curitiba.

Endereço: Rua José Hella, 93.

Bairro Vista Alegre.

Curitiba – Paraná.

Telefone: 0XX41-3338-1210.

e-mail: em-anahella@curitiba.org.br

1.2. HISTÓRICO

A Escola Municipal Ana Hella foi criada em 31 de março de 1980 pelo Decreto Municipal nº 255/80, inaugurada no dia 12 de maio de 1980 com a denominação de Escola Jardim Roma – Ensino de 1º Grau.

Pelo Decreto Municipal nº 155/81, a Escola Jardim Roma – Ensino de 1º Grau, passou a denominar-se Escola Ana Hella – Ensino de 1º Grau, em homenagem à doadora do terreno onde foi construída a escola.

A escola foi autorizada a funcionar pelo Ato Administrativo nº 03671 de 30 de dezembro de 1982. Em 1983, pelo Decreto Municipal nº 264/83, a Escola Ana Hella – Ensino de 1º Grau, passou a denominar-se Escola Municipal Ana Hella – Ensino de 1º Grau. No ano de 1999, pelo Decreto Municipal nº 9/99, a Escola Municipal Ana Hella – Ensino de 1º Grau, passou a denominar-se Escola Municipal Ana Hella – Ensino Fundamental (EM Ana Hella – EF)

A autorização de funcionamento do Ensino Fundamental está regulamentada pela Resolução nº 1816/96 do Conselho estadual de Educação (CEE), por tempo indeterminado, funcionando no turno matutino e vespertino.

A autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está regulamentada pela Resolução nº 1752/94 do CEE, funcionando no período noturno.

2. OFERTA DE ENSINO DA ESCOLA

A EM Ana Hella atende a Educação Básica nas etapas da Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com as especificações a seguir descritas.

Educação Infantil com oferta do Pré-Escolar para crianças na faixa etária de 4 e 5 anos, atendendo legislação vigente e critérios mínimos para funcionamento;

Ensino Fundamental com oferta de 5 anos iniciais organizados em dois Ciclos, com implantação gradativa da nova nomenclatura do Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos e adequação da idade de ingresso, a partir de 2007, atendendo a Resolução Nº 03/05 – CNE, o Parecer Nº 01/06 - CEE e as Deliberações Nº 03/06 e 05/06 – CEE, conforme segue:

a) Ciclo I organizado em três anos – 1º, 2º e 3º ano – destinado aos educandos de seis anos completos ou a completar até 1º de março do ano letivo em curso.

b) Ciclo II organizado em dois anos – 4º e 5º ano – destinado aos educandos que concluíram o Ciclo I, ou classificados ou reclassificados para o mesmo.

A oferta dos 5 (cinco) anos do primeiro segmento do Ensino Fundamental organizados em Ciclos, vigente desde 1999, terá cessação gradativa a partir da Etapa Inicial em 2007, conforme quadro abaixo:

QUADRO I - ORGANIZAÇÃO EM CICLOS – ANOS INICIAIS

ORGANIZAÇÃO EM CICLOS – ANOS INICIAIS				
ORGANIZAÇÃO ATUAL – 2006		NOVA ORGANIZAÇÃO – A PARTIR DE 2007		
CICLO I	ETAPA INICIAL*	ANOS INICIAIS	CICLO I	1º ANO***
	1ª ETAPA**			2º ANO****
	2ª ETAPA**			3º ANO****
CICLO II	1ª ETAPA**		CICLO II	4º ANO****
	2ª ETAPA**			5º ANO****

* Será extinto em 2007.

** Serão cessadas gradativamente ano a ano.

*** Será implantado em 2007.

****Serão implantados gradativamente ano a ano.

Observação: Os dois modelos de Ensino Fundamental, conforme quadro acima, e respectivos documentos oficiais, coexistirão até a completa implantação da nova nomenclatura do Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos com atendimento às normas do respectivo sistema de ensino.

A EJA equivalente aos quatro primeiros anos do EF, em função da demanda existente, é destinada a jovens maiores de 14 anos e adultos que não cursaram ou não concluíram os estudos regulares em idade própria/ano escolar.

A Escola oferta a EJA conforme o programa da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba (SME) – Fase I, aprovado pelo Parecer 01/91 – Deliberação 05/91 do CEE.

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

3.1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DA COMUNIDADE

As condições sócio-culturais da comunidade, relacionadas ao nível de escolaridade dos pais, condições sócio-econômicas, acesso a bens culturais, entre outros, estão detalhadas nos gráficos no ANEXO I – LISTA DE GRÁFICOS.

Para obtermos os dados sobre as condições sócio-culturais da comunidade, relacionadas ao nível de escolaridade dos pais, condições sócio-econômicas, acesso a bens culturais, entre outros, realizamos uma pesquisa através de instrumento elaborado em conjunto com os professores da escola contendo algumas questões abertas e outras fechadas. O instrumento foi entregue a todos os estudantes do EF, para ser respondido com auxílio de familiares.

A análise desses dados coletados e organizados em gráficos, permite conhecer melhor a comunidade que a escola atende, em relação aos aspectos destacados, bem como suas expectativas e opiniões sobre a escola. Os gráficos anexados no final desse documento e contêm informações importantes e relevantes, que constituem o projeto pedagógico da escola, e servem de subsídio para o plano de ação dos profissionais e à organização do trabalho escolar.

Constatamos que a maioria dos estudantes de nossa escola (96%) reside no município de Curitiba (GRÁFICO I), mas apenas 29% deles residem no bairro Vista Alegre, onde se situa nossa escola (GRÁFICO II). Ou seja, 66% de nossos estudantes residem no bairro Pilarzinho e 3% residem no município de Almirante Tamandaré. Comparando-se com dados de 2001, houve uma redução drástica no número de estudantes

residentes no bairro Vista Alegre. Naquele ano, 84% de nossos estudantes residiam nesse bairro.

Embora 66% de nossos estudantes residam no bairro Pilarzinho, mais da metade (58%) residem nas imediações de nossa escola num raio de 2 quilômetros. Isso se deve ao fato de a escola situar-se praticamente na linha limítrofe entre os bairros Vista Alegre e Pilarzinho, portanto área circunvizinha à nossa escola. Apenas 15% dos estudantes residem a uma distância superior a 2 quilômetros (GRÁFICO III).

A proximidade da localização da escola com a residência dos estudantes permite que a maioria (66%) faça o percurso do trajeto a pé para chegar até a escola (GRÁFICO IV). Os demais 23% utilizam-se de automóvel, 3% transporte coletivo e 3% transporte escolar particular.

Um dado relevante é o que constatamos em relação à propriedade das moradias das famílias. As respostas nos indicam que 64% das famílias de nossos alunos possuem casa própria (GRÁFICO V). Por conta disso, há baixa mobilidade das famílias na região. Os estudantes provenientes dessas famílias permanecem na escola durante todos os anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, a escola tem muitos estudantes que são filhos de ex-alunos da escola.

Constatamos também uma certa estabilidade entre as famílias no que tange aos laços familiares, visto termos como dado que 71% dos nossos estudantes residem com o casal de pais (GRÁFICO VI).

Embora um número significativo de 72% dos estudantes fique aos cuidados de familiares adultos (GRÁFICO VII), como: pais, parentes, irmãos, no período contrário ao das atividades escolares, consideramos preocupante o percentual de estudantes que são deixados sozinhos em casa (4%).

Os dados permitiram-nos constatar que mais da metade (52%) das famílias atendidas pela escola vivem de uma renda ainda bastante baixa de até dois salários-mínimos (GRÁFICO VIII). Apenas 34% possuem uma renda um pouco mais confortável, chegando a quatro salários-mínimos.

Constatou-se que mais da metade das famílias da comunidade escolar é composta por até 6 membros (86%). Aproximadamente um décimo dos estudantes provêm de famílias com até 9 pessoas, enquanto apenas 1% provêm de famílias com mais de 9 membros. Desses dados decorre a conclusão de que a maioria das famílias é composta de até dois filhos (GRÁFICO IX).

Entre as famílias dos estudantes da escola, 76% utilizam-se dos serviços de saúde oferecidos pelo Poder Público nas Unidades de Saúde (GRÁFICO X). Isso implica no fato de que as famílias precisam entrar em filas e enfrentar a morosidade do atendimento, principalmente no que se refere ao acesso às especialidades médicas. Essa realidade interfere no rendimento escolar dos estudantes que precisam de atendimentos como: fonoaudiologia, neurologia, psiquiatria, psicoterapia, entre outros.

As famílias que fazem uso dos serviços públicos de saúde dirigem-se à Unidade de Saúde Vista Alegre situada no bairro Pilarzinho (44%), à Unidade Bom Pastor situada no bairro Vista Alegre (21%) ou servem-se das possibilidades oferecidas pelo SUS (19%). Uma parcela significativa (17%) não especificou o local do atendimento (GRÁFICO XI).

Foi possível constatar que a televisão continua sendo o veículo de comunicação e lazer que está mais fortemente presente na casa das famílias de nossa comunidade (93%)

seguida do rádio que está presente em 87% das casas (GRÁFICO XII).

Dentre as famílias que possuem computador, 79% afirmaram que seus filhos utilizam o equipamento sob a supervisão de um responsável (GRÁFICO XIII). Consideramos essa informação significativa.

Os dados contidos no GRÁFICO XIV e XV nos permitem a constatação de que há um percentual de pais (31%) um pouco acima do das mães (26%) com EF completo. Já com Ensino Médio (EM) completo esse percentual se inverte: 26% das mães possuem EM completo, em comparação com 24% dos pais. Também há mais mães do que pais com Ensino Superior completo (9%).

Embora a televisão continue sendo a principal forma de lazer das famílias (GRÁFICO XVI e XVII) é significativo o percentual de famílias que tem por hábito fazer passeios. Quanto aos lugares onde fazem passeios, 65% das famílias apontaram os parques da cidade como primeira opção de lazer.

Dentre os parques que a cidade de Curitiba oferece aos habitantes, o Parque Tingüi revelou-se como o mais visitado pelos membros da comunidade escolar (GRÁFICO XVIII). O Parque Tingüi situa-se no bairro Vista Alegre e é visitado por 72% das famílias dos nossos estudantes.

Entre as famílias que compõe a comunidade escolar 94% professam a religião cristã dentre as diversas denominações confessionais cristãs existentes no bairro (GRÁFICO XIX).

3.2. PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO:

3.2.1. Professores e Equipe pedagógico-Administrativa

A seguir apresentamos dados obtidos junto aos profissionais referentes a tempo de serviço na RME e na escola, formação acadêmica, bairro de residência e forma de acesso à escola, acesso a bens culturais, e posicionamentos relacionados à dinâmica escolar.

Analisando-se esses dados, percebe-se que aproximadamente 30% dos profissionais tem menos de 5 anos de trabalho nas escolas da Rede Municipal de Ensino (RME) (GRÁFICO XX). São profissionais que não vivenciaram o processo de implantação dos Ciclos de Aprendizagem, bem como os estudos e discussões relativas à inclusão de estudantes com necessidades especiais no ensino regular. Isso significa dizer que existe uma demanda muito grande por formação continuada desses profissionais.

Por outro lado, 41% dos profissionais da educação já trabalham na escola por um período de tempo entre 5 e 15 anos. Parcela equivalente tem ingressado mais recentemente no ambiente da EM Ana Hella e está trabalhando conosco há menos de 3 anos, sendo que há uma concentração maior de professores com menos de 3 anos na RME atuando no período da tarde em nossa escola (GRÁFICO XXI).

A pesquisa constatou que mais da metade dos profissionais (77%) completou o Curso Superior tendo ainda Curso de Pós-Graduação (GRÁFICO XXII). A escola conta apenas com 10% de seu corpo docente com Curso Superior, mas ainda sem formação em Pós-Graduação.

A pesquisa constatou que quase a metade dos profissionais (44%) cursou a faculdade de Pedagogia (GRÁFICO XXIII), enquanto os demais têm licenciatura plena.

É significativo também o número de profissionais com especialização em Psicopedagogia. Exatamente a metade dos profissionais da educação atuando em nossa escola são especialistas nessa área (GRÁFICO XXIV). Isso facilita o desenvolvimento de uma postura inclusiva na escola.

Observou-se que o tempo de deslocamento para chegar ao trabalho é, para mais da metade dos professores (70%), de até 15 minutos, sendo que 41% dos professores advêm do próprio bairro onde se localiza a escola, já outra parcela equivalente provém de bairros próximos à escola (GRÁFICO XXV e XXVI).

Constatou-se que mais da metade dos profissionais deslocam-se para o trabalho de automóvel (68%), sendo 16% os que utilizam transporte coletivo, 11% vêm a pé e 5% utiliza transporte escolar (GRÁFICO XXVII).

Observou-se que 65% dos profissionais têm carga horária semanal de 40 horas (8 horas diárias). Considerando-se a predominância de mulheres exercendo o magistério em nossa escola, esse dado tem uma implicação séria, visto que os baixos salários não permitem às profissionais desonerarem-se dos afazeres domésticos que compõem sua terceira jornada de trabalho. É bastante preocupante o percentual de professores que trabalha 60 horas semanais, considerando-se que esses profissionais não dispõem de tempo para outras atividades importantes para sua qualidade de vida (GRÁFICO XXVIII).

Ao analisarmos os dados relativos ao acesso aos bens culturais consideramos esses dados bastante significativos, visto que mais da metade dos professores não possui assinatura

de jornais ou revistas, o que de certa forma pode dificultar o acesso às informações pela mídia impressa (GRÁFICO XXIX). Deve-se considerar, também, que o acesso a esses bens pode estar relacionado à questão econômica (salarial).

Com relação à frequência aos locais de vivência cultural, os profissionais se mostraram mais adeptos de teatro e cinema em detrimento de museus e exposições de Arte (GRÁFICO XXX). Mas, uma parcela significativa optou por não responder a esta questão ou não frequenta estes ambientes culturais.

O acesso a materiais de leitura é fundamental para o profissional da educação, tanto como lazer como para atualização e aperfeiçoamento profissional. Consideramos, portanto, ainda um pouco baixo o percentual de profissionais que faz da leitura uma atividade freqüente (GRÁFICO XXXI).

O instrumento de pesquisa também coletou dados sobre a satisfação profissional relacionadas especificamente com o ambiente de trabalho de nossa escola. Constatamos que a grande maioria (94%) dos profissionais afirma gostar de trabalhar na escola, ao passo que 6% não expressaram sua opinião a respeito do assunto (GRÁFICO XXXII). Consideramos esse dado bastante positivo, visto que gostar de seu local de trabalho é condição básica para o bom desenvolvimento de suas funções.

Os profissionais apontaram algumas características do ambiente escolar que se destacam tais como: o compromisso dos professores e funcionários (03); o clima de amizade e companheirismo (04); e a organização da escola (06).

Todos os profissionais concordam que a direção tenta resolver os problemas que a escola tem (GRÁFICO XXXIII).

Mais da metade dos profissionais concorda plenamente com a afirmação acerca de que há um bom fluxo de informações entre os diversos setores da escola (53%). Os outros 47%, concordam parcialmente com a afirmação (GRÁFICO XXXIV). Porém, consideramos significativo o percentual de respostas parciais nesse item, o que indica a necessidade de se buscar outras estratégias que facilitem o fluxo de informações no interior da escola.

Com relação à afirmação de que os profissionais e funcionários se auxiliam mutuamente em um ambiente de compreensão, houve um equilíbrio entre os que manifestaram concordância parcial e total (GRÁFICO XXXV).

Consideramos importante analisar, junto aos professores, que questões precisam ser melhor trabalhadas pelas pedagogas no que se refere a auxílio aos problemas que encontram no cotidiano da prática pedagógica escolar (GRÁFICO XXXVI). Os professores deram alguns indicativos relacionados a esse auxílio, tais como: discussão sobre questões de alfabetização (01); troca de idéias sobre atividades e encaminhamento metodológico (02); atividades de planejamento (02); orientação e encaminhamento de alunos (01); e discussão sobre encaminhamento metodológico para alunos de inclusão (01).

Frente à afirmação de que a direção acata as decisões dos demais componentes do grupo de profissionais, mais da metade dos profissionais (76%) expressou concordância plena, ao passo que o equivalente a 24% concordou apenas parcialmente (GRÁFICO XXXVII).

Há que se considerar, porém, que nem sempre é possível acatar todas as decisões tomadas, considerando que a escola tem autonomia relativa frente a algumas questões. A

gestão democrática não implica em aceitação irrestrita de decisões, mas precisa considerar as questões legais, as normas da mantenedora, bem como aspectos éticos que prevalecem sobre algumas decisões.

3.2.2. Funcionários

A coleta de informações junto aos funcionários da escola trouxe dados bastante interessantes. Constatamos que (83%) dos funcionários trabalha na escola há um período entre 3 e 5 anos (GRÁFICO XXXVIII).

A respeito da escolaridade, pesquisa constatou que a mais da metade dos funcionários (63%) completou o EM. Observou-se, no entanto, que 25% do quadro ainda não concluiu o EF (GRÁFICO XXXIX). Isso é alarmante e destaca-se aqui a importância da oferta da EJA, modalidade da Educação Básica, para a terminalidade do EF e acesso ao EM, para esses funcionários.

Os funcionários residem em sua maioria (88%), em bairros próximos à escola, não havendo nenhum que resida no próprio bairro (GRÁFICO XL). Observou-se também que o tempo de deslocamento para chegar ao trabalho é, para mais da metade dos funcionários (67%), de até 30 minutos (GRÁFICO XLI).

Constatou-se que mais da metade dos funcionários desloca-se para o trabalho a pé (60%), o que implica em maior tempo de deslocamento até o local de trabalho, embora a distância entre a escola e a residência seja relativamente curta (GRÁFICO XLII).

Todos os funcionários têm carga horária semanal de 40 horas, o que equivale a oito horas diárias de atuação na escola (GRÁFICO XLIII).

Dos funcionários da escola, a grande maioria (78%) afirma gostar de trabalhar no ambiente escolar, ao passo que 22% concordam apenas parcialmente com essa afirmação (GRÁFICO XLIV).

Todos os funcionários concordam que a direção tenta resolver os problemas que a escola e seus funcionários têm (GRÁFICO XLV). Entretanto mais da metade dos funcionários (67%) concorda apenas parcialmente com a afirmação de que existe um bom fluxo de informações na escola (GRÁFICO XLVI).

Com relação à afirmação de que os funcionários se auxiliam mutuamente em um ambiente de compreensão, 67% manifestaram concordância parcial (GRÁFICO XLVII). Em vista disso, percebe-se a necessidade de se incentivar, entre os funcionários, a adoção de atitudes colaborativas.

Frente à afirmação de que a direção acata as decisões dos demais componentes do grupo, mais da metade dos funcionários (67%) expressou concordância plena (GRÁFICO XLVIII), ao passo que o equivalente à terça parte, concordou apenas parcialmente.

3.3. CONDIÇÕES FÍSICAS DA INSTITUIÇÃO

Os recursos materiais e o espaço físico da EM Ana Hella estão distribuídos conforme quadro abaixo.

QUADRO II – ESPAÇO FÍSICO E RECURSOS MATERIAIS

ESPAÇO FÍSICO	RECURSOS MATERIAIS
06 Salas de Aula	06 quadros brancos 06 televisões 12 ventiladores 08 armários 05 rádios 12 painéis flanelados
01 Sala destinada ao Laboratório de Informática	14 computadores 01 impressora 1 Software educacional (Micro-mundos) 01 ar condicionado 01 scanner 08 kits legos
01 Sala de aula destinada aos Professores	01 computador 01 televisão – NET 01 armário 01 geladeira 01 retroprojektor 01 mesa retangular 01 quadro branco 01 quadro flanelado 01 ventilador
01 Sala destinada ao Serviço Pedagógico	03 mesas 02 armários 01 arquivo de aço 01 ventilador 01 televisor com NET 01 vídeo-cassete 01 aparelho de DVD 01 computador 01 impressora 01 painel flanelado 33 DVD Fitas de vídeo Kits lego
01 Sala destinada à Secretaria	01 computador 02 impressoras 03 arquivos de aço 02 rádios
01 Sala destinada à Direção e Vice-Direção	01 aparelho de Fax 01 telefone 01 ventilador
01 Sala destinada à Educação Física	44 cordas para pular 03 cordas grandes 01 corda de nylon grossa 14 bolas de basquete 01 balança para pesagem(marca Filizola com dispositivo para altura) 10 bolas de vôlei 03 bolas de handball 03 bolas de futebol de salão (futsal)

	<p>02 bolas mini basquete 40 bolas de borracha 03 bolas de medicine-ball 03 raquetes de madeira para tênis 29 arcos 01 mural de xadrez (quadro didático) 04 redes de vôlei 02 redes de futebol 01 colchão para ginástica 02 tabelas de basquete móvel 01 colchonete 09 pares de pernas-de-pau 16 jogos de memória 15 tabuleiros para dama 10 jogos completos de xadrez (peças) 15 jogos de tria 05 jogos de dominó 01 bomba para bola 01 extensão elétrica 01 trena para altura 04 jogos de camisa e calção trajes para apresentações 04 amarelinhas de EVA 02 traves de futebol 03 armários 01 escrivaninha c/ gavetas 03 cadeiras 02 carteiras 02 baús para depósito 01 mural pequeno 01 banner 01 relógio 02 postes de ferro para fixar as redes de vôlei e ou tênis</p>
01 Sala destinada ao Almojarifado	<p>02 mimeógrafos 02 guilhotinas Material de consumo 01 aparelho de som 01 ventilador 01 extensão de telefone 03 armários 03 balcões 01 mesa 01 quadro flanelado</p>
01 Sala destinada ao Apoio Pedagógico*	<p>04 Quadros brancos 01 painel flanelado 01 armário 01 estante 02 mesas redondas 10 bancos 01 ventilador 01 relógio 01 caixa de som amplificada 01 microfone</p>

01 Cancha	Com malha asfáltica
01 Pátio	03 gangorras
01 Bosque	01 trepa-trepa
01 Sala de artes	03 armários 01 estante grande 01 estante pequena 01 pia 02 mesas balcões 01 mesa retangular 31 bancos 01 guilhotina 01 aparelho de som 01 máquina fotográfica digital 01 retroprojeter 01 ventilador 01 quadro branco 01 quadro flanelado 60 livros para consulta e pesquisa
01 Sala de leitura	03 prateleiras grandes 01 prateleira pequena 01 mesa redonda 01 balcão 01 quadro branco mapas livros
01 Banheiro para alunos(masculino)	
01 Banheiro para alunos(feminino)	
01 Banheiro para cadeirante	01 pia
01 Banheiro para professores	01 pia com duas cubas 02 espelhos
01 Cantina	01 fogão 01 rádio 01 quadro flanelado 01 balcão de azulejo (armário c/7 portas) 01 pia inox com 2 cubas com armário embutido de 3 portas
01 Depósito para material de limpeza.	01 tanque 03 armários 01 chuveiro

Consideramos que, embora a escola não possua um espaço físico amplo, o mesmo está sendo bem otimizado, possibilitando que os profissionais realizem suas atividades adequadamente.

A equipe de direção tem procurado viabilizar a compra de materiais e recursos necessários ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, com base em consulta escrita feita a todos os profissionais da escola. Após a consulta, as

solicitações são analisadas em reunião do Conselho de Escola e Associação de Pais Professores e Funcionários (APPF), em que são definidas as prioridades para uso das verbas recebidas pela escola.

4. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS

4.1. CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE, HOMEM E EDUCAÇÃO

A educação é prática humana e histórica que garante o acesso aos instrumentos que fazem das pessoas cidadãos.

Busca-se através da educação a construção de um mundo mais justo, contribuindo para que todos os cidadãos tenham acesso a níveis superiores de qualidade de vida, podendo usufruir dos recursos científicos e tecnológicos disponíveis na sociedade. Pela educação o cidadão aprende a utilizar-se de instrumentos e instâncias de decisão política e assim tem seu desenvolvimento ampliado permanentemente.

Cabe à educação preparar cidadãos que pensem criticamente as problemáticas locais e do mundo, capazes de promover mudanças significativas e positivas em seu meio, posicionando-se coletiva e individualmente com responsabilidade sobre os bens naturais e culturais existentes, auxiliando no desenvolvimento da sociedade.

A educação possibilita aos educandos:

- O desenvolvimento de uma atitude de curiosidade, reflexão e crítica frente ao conhecimento e à interpretação da realidade.
- A capacidade de utilizar, crítica e criativamente, as diversas formas de linguagem do mundo contemporâneo.
- A compreensão dos processos naturais e o respeito ao ambiente como valor vital, afetivo e estético.
- O desenvolvimento de uma atitude de valorização, cuidados e responsabilidade individual e coletiva, em relação à saúde e à sexualidade.

- A autonomia, a cooperação e o sentido de coresponsabilidade nos processos de desenvolvimentos individuais e coletivos.

- A competência para atuar no mundo do trabalho dentro de princípios de respeito por si mesmos, pelos outros e pelos recursos da comunidade.

- O exercício da cidadania para a transformação crítica, criativa e ética das realidades sociais.

- A motivação e a competência para dar prosseguimento à sua própria educação, de forma sistemática e assistemática.

Pela educação se busca formar cidadãos que questionem o ritmo, a direção e a política do mercado nacional e global, além de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência ecológica, compreendendo a relação e interdependência dos homens entre si e com o restante da natureza.

A educação promove a ampliação da compreensão dos cidadãos sobre a complexidade dos vários sistemas que o rodeiam, comprometendo-o com o desenvolvimento nas dimensões éticas, estéticas e políticas na dinâmica da ação educativa.

Nos últimos vinte anos houve grandes avanços tecnológicos e na área da informação, gerando significativas mudanças sociais e econômicas que excluem a maioria da população do seu acesso, pelo modelo de desenvolvimento adotado que expõe as contradições sociais.

Por esta razão, a educação se torna mais necessária e importante ainda na promoção de uma sociedade justa e responsável, que estenda os benefícios de qualidade de vida a todos.

Desta maneira, entendemos que é pela educação que o cidadão desenvolverá atitudes de cooperação e solidariedade, sendo comprometido e esclarecido, responsável e coerente, com capacidade de raciocinar e pensar sobre sua própria existência e exercer poder sobre sua vida, refletindo e atuando sobre a realidade social.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a escola deve desenvolver competências para que o cidadão possa continuar aprendendo ao longo da vida, para ser um indivíduo com personalidade própria e ao mesmo tempo coletiva, solidária, tolerante e flexível frente às mudanças.

Já a escola, como instituição voltada para a democratização do conhecimento e formação de cidadãos, deve tratar as tecnologias de informação e comunicação como instrumento fundamental de uma educação comprometida com o desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante. É importante educar as novas gerações para o uso democrático, progressista e participativo das tecnologias.

A escola como instituição socializadora caracteriza-se por ser um lugar de reflexão, assegurando a seus educandos o acesso e a construção dos conhecimentos básicos necessários para viver e conviver socialmente.

A escola também deve ser um espaço onde possa problematizar relações de trocas, de poder, com linguagens diversas, para que realmente seja uma instituição importante na formação da cidadania.

4.1.1 Princípios para a Educação em Curitiba

A escola adota os “Princípios para a Educação em Curitiba” que estão explicitados no documento “Diretrizes Curriculares para a Educação de Curitiba” da SME de Curitiba (2006), que são: Educação para o desenvolvimento sustentável, Educação pela filosofia e Gestão democrática do processo pedagógico.

Educação para o desenvolvimento sustentável:

O esgotamento dos recursos naturais é crescente, por isso a necessidade de mudar de postura frente à exploração desenfreada da natureza, educando ambientalmente os seres humanos, pois devemos considerar que os recursos naturais são finitos.

O desenvolvimento sustentável surge como condição para a sustentabilidade ambiental da humanidade. É premente a necessidade de uma economia sustentável, que mantenha a capacidade do meio ambiente de suprir cada recurso natural e absorver os produtos finais descartados, mantendo intactos os ciclos naturais de geração em geração.

Embora a escola tenha papel fundamental na educação, por si só ela não consegue reverter um modelo econômico que engendra os distúrbios sócio-ambientais.

O ser humano deve sentir-se pertencente ao ambiente, entendendo que a vida é um direito de todos e por isso deve se preocupar e se responsabilizar pela mudança de postura nas ações imediatas.

Devemos desenvolver nos estudantes a capacidade de entender e refletir sobre questões que dizem respeito ao

consumo sustentável, sobre os princípios morais e éticos presentes nas propagandas e produtos. Portanto, é papel da escola formar cidadãos que saibam analisar criticamente o que é imposto pela sociedade e pela mídia.

Pensar a vida, o mundo e as relações planetárias por meio da Educação Ambiental implica ter clareza de seus próprios princípios:

- Sensibilização: constitui processo de alerta, o primeiro passo que os indivíduos devem dar para alcançar o pensamento sistêmico.
- Compreensão: o conhecimento e o entendimento dos componentes e mecanismos que regem os sistemas natural e social e suas conexões.
- Responsabilidade: o reconhecimento do ser humano como protagonista da dialética entre indivíduo, natureza e sociedade.
- Competência: a capacidade que os indivíduos têm de agir de forma positiva e efetiva nos sistemas natural e social.
- Cidadania: a participação ativa dos indivíduos, o resgate dos seus direitos e a promoção de uma nova ética, capaz de conciliar o ambiente e a sociedade.

Educação pela Filosofia:

Segundo CHAUI (1994), filosofar é uma "decisão de não aceitar como óbvio e evidente as coisas, as idéias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana, jamais aceitá-las sem havê-las investigado e compreendido." (CHAUI, 1994, p. 12)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Municipais (2006), educar em uma dimensão filosófica não significa apenas transmitir um conjunto de saberes, valores ou verdades, mas

promover interrogações a respeito do mundo, contribuindo para desenvolver, nos estudantes, a experiência do pensar autônomo e o exercício do diálogo e da auto-reflexão.

Concordamos com a afirmação de que a autonomia do pensamento é muito importante para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, ou seja, para o exercício da cidadania. É preciso que as pessoas apresentem, diante das mais variadas situações com que se deparam no cotidiano, uma postura de investigação filosófica, de diálogo, melhorando assim a sua forma de agir na sociedade.

Na escola, devemos então contribuir para o desenvolvimento dessa postura no estudante, buscando a melhoria da qualidade das suas habilidades de pensamento e de construção dos conhecimentos. Somente dessa forma podemos auxiliar na formação de pessoas livres, autônomas, criativas, que saibam se posicionar e agir adequadamente, "tomando em suas mãos o destino de suas vidas e de sua comunidade" (CURITIBA, 2006).

Pôr em prática essa postura de diálogo e de investigação filosófica significa ensinar aos estudantes que é possível aprender uns com os outros, e que a aprendizagem é mais significativa quando podemos comparar, examinar e ponderar idéias, buscar e trocar informações, discutindo e refletindo sobre as mesmas.

É preciso desafiar nossos estudantes a discutirem e dialogarem sobre seus valores, pontos de vista e idéias, com os colegas e com o professor, num exercício de reflexão em grupo, com um diálogo investigativo que busque o aperfeiçoamento de habilidades cognitivas, entre elas: habilidades de investigação, de raciocínio, de formação de conceitos e de tradução. (CURITIBA, 2006, p. 39)

A Filosofia no currículo deve ir além de práticas docentes isoladas. Deve constituir-se em uma preocupação de todas as áreas do conhecimento, considerando as novas relações que devem acontecer no espaço escolar e a perspectiva interdisciplinar do trabalho didático. É essa perspectiva que se assume quando se propõe o princípio da educação pela Filosofia.

Entende-se que essas novas relações devem refletir a concepção de que a aprendizagem é uma resposta do estudante ao desafio de uma situação-problema.

A aprendizagem é um processo no qual o aluno passa de uma visão sincrética ou global sobre uma situação-problema a uma visão analítica do mesmo, chegando a uma síntese provisória, que equivale à compreensão. Essa síntese, que não se dá sem o exercício reflexivo voluntário do estudante, tem relação com a atuação dele em novas situações de vida, sejam estas escolares ou não.

O exercício investigativo sobre problemas vividos ou percebidos tem como premissas: a consideração de que o estudante traz para a escola um repertório rico de experiências e concepções; o entendimento de que este repertório, muitas vezes, é contraposto às atividades e aos conteúdos escolares; a interação entre o repertório próprio do estudante e a ação pedagógica que constituem novas possibilidades de aprendizagem e, por decorrência, abrem novos caminhos didático-reflexivos.

O papel da Filosofia como estratégia metodológica no currículo recupera o pensar em todas as áreas do conhecimento, provoca o diálogo entre elas e promove a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade depende da riqueza e do grau de aprofundamento de cada uma das áreas do conhecimento. Da reflexão que se faz sobre as leituras proporcionadas por essas áreas e sobre a leitura possibilitada pela interconexão entre elas é que se constitui uma visão interdisciplinar. Isso implica um esforço escolar por fazer acontecer um processo coletivo de constante repensar, redescobrir, reconceituar e rever atitudes, valores e procedimentos que estão sendo privilegiados nas abordagens didáticas.

Segundo GADOTTI (1999), a missão da Filosofia é formar o espírito crítico, por isso não pode ser dogmática, puramente afirmativa, e sim interrogativa; deve promover o exercício do livre debate, ensinar e problematizar o que parece evidente, contestando inclusive o pontificado dos filósofos.

Propor a educação pela Filosofia no ensino fundamental significa, antes de ensinar Filosofia, ensinar a filosofar, e aprender a filosofar implica praticar jogos de linguagem filosóficos, desenvolver habilidades e competências reflexivas em todas as áreas do conhecimento.

Portanto, um dos objetivos principais da Filosofia no currículo, como estratégia metodológica, é o desenvolvimento da reflexão crítica de estudante e professores, entendida como um nível de consciência resultante da percepção da realidade e da construção do pensamento autônomo.

Embora se entenda que a efetivação deste princípio como estratégia metodológica exige capacitação pedagógica do professor, considera-se que transformar as salas de aula em comunidades de investigação é realmente um grande desafio.

Gestão democrática do processo pedagógico:

A democracia é o principal caminho para emancipação dos cidadãos e deve ser a base norteadora das ações pedagógico-administrativas da escola.

Ao efetivar um ensino de qualidade, instrumento de emancipação, a instituição escolar assume a responsabilidade social em formar integralmente seus estudantes. Desse modo, o desenvolvimento de práticas pedagógicas democráticas é parte da construção de um sistema político que respeita os direitos individuais e coletivos de todos os cidadãos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares, CURITIBA (2006), o desenvolvimento de práticas pedagógicas democráticas ocorre por meio de ações pautadas nos conceitos de: cooperação, autonomia, participação, cultura, diversidade e inclusão.

A cooperação refere-se à capacidade dos indivíduos e organizações regerem-se por meio de regras que decorrem das relações sociais acordadas entre cidadãos nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras. Implica em direitos, deveres, compromissos e responsabilidades de todos os envolvidos.

A participação é condição para a gestão democrática. Pressupõe transparência nas decisões, representatividade de todos os envolvidos.

A cultura representa os diferentes modos de viver e de pensar das pessoas. Significa compartilhar significados, sentidos, valores e comportamentos por um determinado grupo social. O projeto educativo deve promover a diversidade cultural.

A diversidade efetiva-se no respeito às diferenças, que impulsiona ações de cidadania. Educar na diversidade significa considerar que um aspecto fundamental para a aprendizagem é

a existência de um clima acolhedor em sala de aula, sem discriminações e preconceitos de qualquer ordem.

Incluir significa olhar o diferente com respeito. Não significa fingir que as diferenças não existem, mas compreendê-las e aceitá-las como inerentes às dinâmicas sócio-ambientais dos diferentes segmentos escolares – estudantes, pais ou responsáveis, professores, funcionários, instituições auxiliares e comunitárias.

É de suma importância desenvolver processos educativos, metodologias e instrumentos pedagógicos que alcancem os indivíduos de culturas diferentes, mas que estão inseridos nos mesmos ambientes escolares.

4.1.2. Concepção de conhecimento, ensino-aprendizagem e currículo

O que identifica e dá legitimidade à escola é seu trabalho com o conhecimento. O conhecimento deve instrumentalizar o ser humano a interagir com os outros e com o mundo e, para isso, ele deve ser contextualizado, considerando as relações sociais, econômicas, políticas, científicas e culturais.

Conhecer implica em trabalhar com as informações, classificando-as, analisando-as e contextualizando-as, mobilizando valores, sentimentos, cognição e emoção.

Assim, entendemos que cabe à escola:

- Selecionar, analisar, contextualizar as informações, discutir suas fontes e implicações;
- Possibilitar que os estudantes trabalhem os conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos, desenvolvendo habilidades

para operá-los, revê-los e reconstruí-los com sabedoria, o que implica analisá-los, confrontá-los e contextualizá-los;

- Contribuir para que os educandos sejam capazes de pensar e encontrar soluções para os problemas de suas comunidades;
- Capacitar o estudante a buscar informações toda vez que necessitar delas e,
- Garantir acesso e permanência na escola de todos que a ela acorrem, assumindo compromisso com o sucesso do estudante em seu processo de construção de conhecimento para que ele, de posse dos conhecimentos básicos, exerça sua cidadania.

Concebemos a escola como um espaço de diálogo e reflexão, onde situações de aprendizagem devem ser enriquecedoras, para o desenvolvimento do pensamento inteligente, crítico e criativo do estudante sobre as questões desafiadoras de seu tempo; como um espaço onde a diversidade e o pluralismo de idéias se manifestam. Para isso, ela deve estar sempre orientada para a formação do pensamento científico que leva à compreensão dos fenômenos sociais e naturais e à atividade produtiva consciente.

Na escola os conhecimentos essenciais para o desenvolvimento e a socialização do ser humano são organizados em áreas e são objetos da ação pedagógica. Muitos deles têm significados culturais relacionados à formação da consciência e a organização social.

Concebemos a aprendizagem, por sua vez, como uma resposta do estudante ao desafio de uma situação-problema. Ela precisa de disciplina, ordenação e procedimentos em um processo contínuo sobre o qual o devemos interferir positivamente. O professor é o elemento fundamental nesse processo, promovendo situações de aprendizagem significativas, contextualizadas, desafiantes para o estudante.

Os processos de aprendizagem são desenvolvidos de maneira diferente por crianças da mesma idade e em uma mesma turma. Geram desenvolvimento e novas aprendizagens, que é a aquisição de competências básicas e essenciais necessárias ao indivíduo para sua inserção na sociedade de forma justa e igualitária.

Porém, somente situações de aprendizagem que problematizem os conhecimentos e propiciem interações significativas entre os estudantes levam à apropriação do conhecimento. Os estudantes devem ser participantes ativos nesse processo, considerando-se que não é qualquer interação que leva à aprendizagem, mas somente aquelas que provocam no estudante uma atitude produtiva.

Devemos lembrar que as crianças, para aprender, fazem uso de diferentes estratégias, conforme o período de desenvolvimento em que se encontram. Assim, é papel do professor explorar essas estratégias, levando os estudantes a observar, comparar, levantar hipóteses, estabelecer relações, analisar, contribuindo para que os estudantes efetivamente se apropriem dos conhecimentos.

A capacidade de aprender a aprender é a expressão máxima da competência e autonomia cognitiva e determinante para o exercício da cidadania.

Tendo como base essa concepção de conhecimento e aprendizagem, entendemos que currículo não é apenas um conjunto de conhecimentos predeterminados que se enquadram em disciplinas cientificamente definidas e delimitadoras, mas é caracterizado por um conjunto de ações que cooperam para a formação humana nas múltiplas dimensões que a constituem.

A organização curricular deve possibilitar o desenvolvimento e aquisição das competências básicas para que

os estudantes possam dar continuidade aos estudos, e/ou inserir-se no mundo do trabalho de forma competente.

O processo histórico vivido na atualidade requer a superação da linearidade na organização curricular. Por muito tempo, o trabalho pedagógico em sala de aula foi organizado considerando-se exclusivamente os conteúdos das disciplinas, a serem transmitidos numa seqüência rígida estabelecida previamente. Cada disciplina também era trabalhada de forma isolada das demais, privilegiando-se os conteúdos de base conceitual.

De acordo com LIMA (1998, p. 22), o conhecimento precisa ser redimensionado: deve servir ao desenvolvimento humano e não à hierarquia e controle da instituição. É preciso considerar, também, que os desenvolvimentos científicos e tecnológicos, aliados ao processo de globalização da informação modificaram os processos de desenvolvimento cultural, introduzindo novas formas de mediação nas gerações mais novas que devem ser consideradas na ação pedagógica.

Assim, as mudanças nas concepções de conhecimento, aprendizagem e currículo evidenciam a necessidade de se rever essa forma linear de organização curricular. Os enfoques de análise da realidade devem ser múltiplos, envolvendo a totalidade do conhecimento, em que as áreas do conhecimento são trabalhadas de forma articulada, atuando como lentes para a leitura da realidade.

Além disso, é importante lembrar que a escola não deve restringir-se aos conteúdos de natureza conceitual, mas deve incorporar à prática pedagógica conteúdos de natureza procedimental e atitudinal.

Para se construir um conceito é fundamental estabelecer relações significativas com conhecimentos prévios.

Quanto mais entrelaçada estiver a rede de conceitos que um sujeito possui, maior será a capacidade desse sujeito de estabelecer novas aprendizagens.

Os conteúdos procedimentais são aqueles que possibilitam a percepção das formas de atuar e de usar conhecimentos para descobrir, interpretar, observar, identificar, representar, comparar, rever, refletir e analisar novos caminhos, conceitos e ações.

Atitude é a tendência ou predisposição relativamente estável de avaliar um objeto, pessoa, fato ou situação, para que se possa atuar de acordo com essa avaliação. As atitudes guiam os processos perceptivos e cognitivos e conduzem à aprendizagem. Sob essa perspectiva, os conteúdos atitudinais também devem ser objeto de ensino-aprendizagem na escola.

4.2. EDUCAÇÃO INFANTIL

“A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, BRASIL (1996), consolida a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, entendida como um direito da criança. Em 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais fornecem parâmetros para a organização do trabalho com crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 2006, vol. 2, p. 8). Também nesse mesmo período foi lançado pelo MEC o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) são apresentados os princípios que devem nortear o trabalho com a criança, quais sejam:

- “os princípios éticos, políticos e estéticos;

- a importância de reconhecer a identidade das crianças, das famílias, dos profissionais que atuam na Educação Infantil e da unidade educacional;
- a necessidade de promoção de práticas de educação e de cuidados que possibilitem a integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, lingüísticos e sociais da criança;
- a visão de criança como um ser completo, total e íntegro, em posição de aprender a ser e de conviver consigo própria e com os demais e no próprio ambiente, de maneira articulada e gradual;
- a construção de propostas pedagógicas em integração com famílias e profissionais;
- as estratégias para buscar o provimento de conteúdos básicos, a constituição de conhecimentos e valores, a interação entre as diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã;
- o processo de avaliação baseado no acompanhamento e registros dos avanços do desenvolvimento da criança, sem caráter de promoção ou de retenção, em um ambiente de gestão democrática, com vistas a garantir os direitos básicos da criança e sua família à educação e aos cuidados.”(CURITIBA, 2006, vol 2, p. 13).

Nas Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil de Curitiba (2006), a infância é entendida como um período fundamental da vida, período esse que constitui a base de toda a formação do ser humano. Ser criança e viver plenamente essa fase da vida é um direito de todo indivíduo, e a instituição educativa deve se organizar para atender as necessidades específicas da criança nesse importante período.

A criança é concebida, então, como um ser de direitos. Cada criança é um ser único, que se encontra em processo de desenvolvimento, envolvendo diferentes dimensões: social, afetiva, cognitiva, psicológica, motora, espiritual, expressiva, entre outras. Essa criança, histórica e culturalmente contextualizada, situada num determinado espaço e tempo, apresentando uma especificidade de ordem biológica, cultural, racial ou religiosa, precisa ser conhecida e compreendida.

Assim, é preciso pensar uma educação que atenda a criança em todos esses aspectos: isso implica na integração das ações de cuidar e educar, funções indispensáveis e indissociáveis. Educar e cuidar, de modo integrado, significa atender as necessidades das crianças em relação aos diferentes aspectos do seu desenvolvimento. Significa dar proteção e segurança, afeto e amizade, possibilitar a expressão de seus sentimentos, curiosidade, imaginação; significa ter direito a uma alimentação sadia, higiene e saúde adequadas; acesso a espaços acolhedores e desafiadores; possibilitar a realização de jogos e brincadeiras como forma privilegiada de aprender e expressar conhecimentos; auxiliar a criança no desenvolvimento de sua identidade cultural, racial e religiosa.

Com base nessas considerações, as Diretrizes Curriculares apontam os três eixos articuladores do trabalho na educação infantil.

Ao apresentar o eixo Infância: tempo de direitos, explicita as diferentes concepções de infância e de criança, ao longo da história, apontando a nova compreensão sobre a criança nos documentos oficiais mais recentes. Enfatiza a necessidade das ações de cuidar e educar, indispensáveis para o pleno desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, a criança deve ser considerada ponto de partida e de chegada no projeto pedagógico da escola, e a ação educativa deve ser organizada "articulando-se os espaços e tempos às necessidades da criança, não mais entendida como um vir a ser, mas como ser humano que vive todas as suas dimensões no presente, com identidade própria e que exige ação apropriada às suas especificidades." (CURITIBA, 2006, vol 2, p. 21).

Segundo LIMA (2001, p. 13), os primeiros anos da vida da criança são decisivos para sua formação; o desenvolvimento da criança nesse período fornece a base para determinados comportamentos e aquisições futuras. A construção de sua identidade, o desenvolvimento da noção do "eu" possibilitam que a criança vá se tornando, simultaneamente, um sujeito de cultura e uma personalidade única.

No eixo Espaços e Tempos Articulados, considera-se que a criança aprende e se desenvolve na interação com o meio, pela mediação do adulto ou parceiros mais experientes. Assim, a proposta de trabalho educativo com a criança pequena deve ser organizada com base na idéia de que, no processo de desenvolvimento e aprendizagem tudo está inter-relacionado e não há elementos de maior ou menor importância. Portanto, deve-se evitar a fragmentação de conteúdos ou compartimentalização de aprendizagens pré-estabelecidas em etapas, num processo em que o fazer pedagógico e a reflexão sobre a prática estão em interação constante.

Essa forma de conceber a aprendizagem e o desenvolvimento humanos indica a importância de se estabelecer interações de qualidade entre adultos e crianças, bem como aponta para a necessidade de planejamento de ações educativas que contribuam efetivamente nesse processo.

A brincadeira é considerada atividade essencial da criança, pois ao brincar ela desenvolve imaginação e criatividade, constrói relações sociais, cria e recria regras de organização - aprendendo a respeitá-las - aprende a planejar e antecipar ações, tomar decisões, encontrar soluções para problemas. É na brincadeira que a criança manifesta diferentes linguagens, ao mesmo tempo em que as constitui, aprendendo a interpretar e representar o real. A criança aprende e se desenvolve brincando, sendo essencial que o adulto proporcione as condições favoráveis para que essa brincadeira se constitua como um desafio, colaborando efetivamente para o desenvolvimento da criança.

A Educação Infantil tem papel fundamental na organização de experiências em diferentes tempos e espaços, que considerem a criança como sujeito do processo de ensino-aprendizagem. Isso significa respeitar os tempos e espaços próprios da criança pequena, que é bem diferente da ótica do adulto. A questão central refere-se a ampliar as experiências da infância, possibilitando a criança uma série de realizações que a auxiliem no domínio da função simbólica, quais sejam: brincar, desenhar, ouvir, contar e recontar histórias, cantar, dançar, dramatizar, fazer colagens, dobraduras, modelagem, entre outras. Todas essas realizações constituem as bases para a aquisição da leitura, da escrita e demais conhecimentos e não podem, sob nenhuma hipótese, ser substituídos por atividades que signifiquem a antecipação de aquisições que a criança ainda não tem condições de realizar ou compreender.

No eixo da Ação Compartilhada, a escola e a família devem ser parceiras nesse processo, assumindo a co-responsabilidade da educação e dos cuidados essenciais à criança.

A instituição de Educação Infantil deve ser entendida como um contexto complementar de educação das crianças, e deve ser organizado como um espaço seguro em que se partilha a educação e os cuidados com a criança pequena.

4.2.1. Objetivos para a Educação Infantil – 4 e 5 anos

Ao se pensar em objetivos para a Educação Infantil, deve-se considerar as diversas relações educativas e pedagógicas que as crianças vivenciam, planejadas ou não, mas que constituem os diferentes espaços e tempos no cotidiano da instituição: momento de chegada na escola, atividades de rotina, atividades em classe e em outros espaços, recreio, momentos de higiene, descanso e brincadeiras, entre outros.

Assim, os objetivos devem ser organizados considerando o processo de formação humana, ou seja, propiciando vivências e experiências que contribuam para a construção de conhecimentos fundamentais à sua formação pessoal e social. A brincadeira é o fio condutor desse processo, permeando o fazer pedagógico, ou seja, as aprendizagens relacionadas às áreas de Identidade, Relações Sociais e Naturais, Linguagens e Pensamento Lógico-matemático.

O professor deve ser o mediador desse processo, planejando e orientando situações de aprendizagens e vivências significativas para a criança dessa faixa etária. Deve-se entender que a criança está em contínuo processo de formação e de transformação, num caminho que não é único nem linear. Assim, em se tratando das conquistas de cada criança, não cabe a fixação de pontos de chegada num mesmo tempo determinado: cada criança deve ser respeitada em seu caminhar, ao mesmo tempo em que é incentivada a superar

limites nesse processo, considerando suas diferenças e especificidades. Isso não deve significar uma espera passiva por parte do professor, um espontaneísmo, mas o entendimento de que cada criança é única e se desenvolve em seu ritmo, e cabe ao professor orientar e estimular esse processo.

Os objetivos foram organizados, então, considerando-se esses pressupostos, e devem orientar a organização do trabalho pedagógico na instituição. Eles não têm a intenção de esgotar os conhecimentos possíveis de serem trabalhados com as crianças, podendo ser desdobrados em outros objetivos, em função da realidade da escola e das crianças que a freqüentam.

Considerando-se o exposto anteriormente, a escola optou pela adoção dos objetivos propostos pelas Diretrizes Curriculares Municipais (2006), conforme segue.

IDENTIDADE

Construir a identidade da criança significa possibilitar-lhe compreender-se como ser único, diferenciando-se dos demais, reconhecendo suas singularidades e aprendendo a respeitar os outros nesse processo. Implica em ajudá-la a desenvolver sua auto-estima, sua autonomia, respeitando os valores e a cultura dos demais.

Deve-se lembrar que a identidade está em processo permanente de construção, processo esse que é histórico e cultural, ou seja, é influenciado pelas interações com outras pessoas, com o meio, na relação com os símbolos, valores, crenças, imagens e conhecimentos específicos dos diferentes grupos sociais com os quais a pessoa convive.

OBJETIVOS (4 e 5 ANOS):

- Ampliar conhecimentos sobre si e o outro, a partir das características biológicas, psicológicas e culturais, reconhecendo-se como único no grupo.
- Construir vínculos positivos, vivenciando situações que envolvam afeto, atenção, limites.
- Explorar força, velocidade, resistência e flexibilidade, em diferentes tempos e espaços, conhecendo seus limites e potencialidades corporais.
- Representar o próprio corpo, estabelecendo relações espaciais por meio de diferentes linguagens: corporal, plástica, musical, cênica, entre outras.
- Valorizar atitudes relacionadas à saúde e ao bem-estar individual e coletivo, apresentando gradativamente independência nas ações de alimentação, cuidados com a aparência pessoal e higiene.
- Usar de forma independente, conforme suas potencialidades, diferentes objetos, reconhecendo sua função social.
- Assumir responsabilidades gradativamente e de acordo com suas possibilidades, desenvolvendo confiança e auto-estima positiva.
- Ampliar conhecimentos sobre a própria cultura e de outras, desenvolvendo atitudes de respeito e valorização à diversidade de manifestações culturais.

RELAÇÕES SOCIAIS E NATURAIS

Compreende os diferentes conhecimentos relacionados ao ambiente social e natural do qual a criança faz parte. Desenvolver essa compreensão implica em possibilitar a criança o entendimento de como as pessoas se relacionam entre si e

com o meio, compreendendo a interferência das ações humanas no ambiente e suas conseqüências (para o ambiente e o próprio ser humano).

OBJETIVOS (4 e 5 ANOS):

- Ampliar possibilidades de agir com autonomia na escolha de espaços, brinquedos e parceiros para brincar, definindo regras e recriando situações vividas.
- Vivenciar relações de colaboração e solidariedade, desenvolvendo aos poucos tolerância e respeito pelo outro e suas diferenças.
- Reconhecer a existência de diferentes grupos sociais, identificando aos quais pertence.
- Conhecer, construir e respeitar regras de convivência, utilizando gradativamente o diálogo e a negociação na resolução de conflitos.
- Identificar e evitar situações de risco para si e para o outro nos diferentes espaços que frequenta, aprendendo a valorizar a vida.
- Vivenciar e valorizar atitudes de organização e preservação de objetos e espaços de uso individual e coletivo, dentro e fora da instituição.
- Explorar conhecimentos de diferentes áreas, aproximando-se gradativamente do conhecimento científico.
 - Perceber transformações em objetos e fenômenos físicos.

LINGUAGENS

Compreende as diferentes linguagens que permitem à criança estabelecer relações com os outros e com o mundo, por meio do que a criança vai constituindo as funções psicológicas superiores (VYGOTSKY, 1994): memória, imaginação, atenção, o pensamento e a própria linguagem.

Estão envolvidos nesse processo: a linguagem corporal (movimento), a oralidade, as diferentes linguagens artísticas (música, dança, teatro, pintura, desenho, escultura, etc.), e a leitura e escrita.

Em relação à leitura e escrita, é importante destacar que a escola deve priorizar, desde a educação infantil, um trabalho voltado para as práticas sociais de leitura e escrita (letramento).

OBJETIVOS (4 e 5 ANOS):

- Desenvolver e ampliar progressivamente equilíbrio, ritmo, resistência, força, velocidade e flexibilidade corporal.
- Ampliar aos poucos as possibilidades de expressar-se verbalmente em diferentes situações de uso da linguagem oral.
- Reconhecer materiais diversos e procedimentos para utilizá-los como forma de expressão.
- Ampliar progressivamente as possibilidades de comunicação e expressão de idéias, sentimentos, desejos e necessidades, utilizando diferentes linguagens e reconhecendo sua função social.
- Ampliar progressivamente as possibilidades de representação simbólica.

- Conhecer, apreciar, analisar, produzir e respeitar diferentes linguagens artísticas, podendo relacionar elementos de sua cultura com elementos da cultura artística historicamente acumulados.
- Desenvolver gradativamente o interesse e o prazer pela leitura.
- Observar a função da escrita em diferentes contextos, avançando gradativamente em suas hipóteses de leitura e escrita.
- Realizar gradativamente tentativas de escrita espontânea (não convencional), de acordo com as próprias possibilidades.

PENSAMENTO LÓGICO-MATEMÁTICO

Compreende o desenvolvimento de diferentes capacidades, que tem início com o desenvolvimento da oralidade. Pela oralidade a criança tem possibilidade de analisar, classificar, buscar semelhanças e diferenças entre objetos. Gradativamente vai construindo outros conhecimentos, pela interação e intervenção intencional do professor, em brincadeiras e outras situações significativas: noções de seriação, ordenação, velocidade, duração, tempo, altura, a contagem, as quais são a base para a compreensão dos demais conceitos matemáticos.

OBJETIVOS (4 e 5 ANOS):

- Desenvolver gradativamente noções de localização e orientação espacial, tendo como referência pessoas e objetos entre si.

- Desenvolver gradativamente noção de tempo de deslocamento, tendo como referência o próprio corpo em relação ao espaço.
- Estabelecer relações de causa e efeito em situações de exploração do próprio corpo e nas interações com o meio.
- Estabelecer relações de semelhança e diferença, construindo aos poucos noções de classificação e seriação.
- Desenvolver gradativamente noções temporais nas vivências do cotidiano, aprendendo a situar-se nos diferentes tempos da instituição.
- Resolver situações do cotidiano e outros desafios propostos, considerando diferentes possibilidades de solução.
- Ampliar relações quantitativas, desenvolvendo gradativamente o conceito de número e o pensamento operativo.

4.2.2. A transição para o Ensino Fundamental

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é um momento de mudança na vida da criança bastante significativo, assim como para sua família. Assim, essa situação deve ser pensada e organizada, tanto quando se dá dentro da própria escola como quando a escola recebe crianças oriundas dos Centros de Educação Infantil.

Os profissionais da escola e do CMEI devem trabalhar com essa situação desde o início do ano, buscando desenvolver uma atitude positiva por parte da criança, que deve perceber essa mudança dessa mesma forma.

Para tanto, pode-se desenvolver projetos, na própria escola que oferta a Educação Infantil, que procurem responder as curiosidades que as crianças têm sobre o trabalho desenvolvido no Ensino Fundamental. As famílias podem e

devem participar desse momento, valorizando-o e auxiliando as crianças nessa passagem para uma nova etapa da vida escolar.

4.3. ENSINO FUNDAMENTAL

Os fundamentos da organização do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental estão explicitados nesse documento, no item 4.1 que trata, dentre outras, das concepções de ensino, aprendizagem e currículo para essa modalidade de ensino.

Os objetivos, conteúdos e critérios de avaliação propostos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, CURITIBA (2006) servem de base para a organização do trabalho pedagógico em sala de aula, considerando-se a necessidade de adequações que atendam a realidade de cada turma, em seu processo de aprendizagem.

Além disso, a concepção de avaliação, assim como os processos de intervenção didática, os procedimentos de registro dos resultados das avaliações da aprendizagem e os processos de promoção, classificação, adaptação e reclassificação, estão descritos no item 7 desse Projeto Pedagógico.

Ressalta-se que os critérios de avaliação específicos para cada área do conhecimento são os contidos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, que organizamos em forma de Instrumentos de Registro da Avaliação da Aprendizagem e que estão no Anexo II.

4.3.1. Áreas do conhecimento

CIÊNCIAS

Os conhecimentos das Ciências devem proporcionar ao estudante a constituição do conhecimento científico numa perspectiva crítica, que leve à compreensão das relações de interdependência que existem entre o ser humano, o restante da natureza e a cultura. Eles devem ser capazes de compreender o funcionamento da natureza e a influência dos avanços científicos e tecnológicos na vida social das pessoas. O currículo escolar deve ser direcionado para a educação científica focada nos temas sociais, e não somente em conceitos científicos fechados em si mesmo.

A área de Ciências possui os seguintes eixos norteadores:

- * **Ecossistema:** nesse eixo, são contemplados conteúdos referentes às complexas relações entre os sistemas físicos, químicos, geológicos e biológicos – entre os quais está o ser humano como parte integrante e agente de transformações – considerando também os fluxos de matéria e energia e as transformações que ocorrem no ambiente terrestre.
- * **Culturas e Sociedades:** são contemplados conteúdos referentes às relações entre ciência e sociedade, nas dimensões econômica, política e cultural. A ciência é compreendida como uma atividade humana, historicamente produzida, impregnada de valores e costumes de cada época, sujeita às influências sociais, econômicas e culturais.
- * **Natureza da ciência e tecnologia:** traz elementos que permitam compreender as dimensões do fazer científico, a sua

relação com a tecnologia e o caráter não neutro desses fazeres humanos.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO:

No trabalho com as Ciências, os eixos não devem ser tratados de forma isolada; deve-se procurar as conexões entre eles, com as outras áreas e com outros temas sociais. O encaminhamento metodológico deve prever três momentos pedagógicos: problematização (propor situações-problema, levantamento de hipóteses, atividades de observação e experimentação); busca de informações (por meio de leituras, pesquisas, investigação) e a sistematização (organização das informações por meio da escrita de textos, elaboração de tabelas, desenhos, gráficos, atividades que permitam o estabelecimento das relações entre os conteúdos).

AVALIAÇÃO:

EDUCAÇÃO FÍSICA

Efetivar a Educação Física como prática pedagógica significa promover o desenvolvimento da consciência corporal e de competências para a realização voluntária e consciente de suas práticas, propiciando a compreensão e explicitação da realidade, bem como a atuação do estudante como sujeito ativo, responsável pela construção e transformação dessa realidade social.

Nessa perspectiva, a Educação Física abordará elementos da Cultura Corporal, entendida como o conjunto de

conhecimentos sobre o movimento historicamente construídos e socialmente transmitidos (CURITIBA, 2006)

Assim, o movimento corporal é considerado o objeto de estudo da Educação Física, tendo como eixos norteadores: a Ginástica, o Jogo, a Dança, o Esporte e a Luta. Deve-se considerar a sua significação social, a dinâmica histórica da sua produção e a complexidade dessas práticas, determinadas pelas contradições sociais.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO:

A Educação Física, articulada às demais áreas do conhecimento, oportunizará a análise crítica da relação entre a sua prática e as questões sociais relevantes como a violência, o consumismo, a competitividade, o conformismo, tendo por intenção promover a formação de conceitos mais amplos, tais como corporalidade¹, cultura corporal, alteridade, lazer, transformação, entre outros, abordados nas dimensões cultural, ética, biológica, social, filosófica, política e econômica.

Dessa forma, os conteúdos, considerados em seus aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais, serão metodologicamente organizados pela escola, possibilitando a vivenciação dos elementos significativos da cultura corporal, a reflexão (ampliação do conhecimento do aluno) e a reelaboração da prática corporal trabalhada (nova ação consciente), de modo a se constituírem em conhecimento multidimensional. O estudante deve aprender, além das

¹corporalidade: conjunto de práticas corporais do homem, sua expressão criativa, seu reconhecimento consciente e sua possibilidade de comunicação e interação na busca da humanização das relações dos homens entre si e com a natureza. A corporalidade se consubstancia na prática social a partir das relações de linguagem, poder e trabalho, estruturantes da sociedade.

técnicas de execução da prática corporal, apreciá-las criticamente, analisá-las esteticamente, avaliá-las, recriá-las, bem como discutir regras e estratégias. Todos os eixos norteadores de conteúdos estão integrados, visando à educação para um estilo de vida saudável, buscando a qualidade de vida.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental propõe-se o trabalho com as práticas corporais que promovam o desenvolvimento de habilidades motoras e, principalmente, o gosto pela prática de atividade física. A Educação Física deve proporcionar aos estudantes o seu desenvolvimento físico e motor, aliados ao crescimento pessoal, participação social e a vivência de valores e princípios éticos e democráticos.

ENSINO RELIGIOSO

Em nosso país, o Ensino Religioso teve inicialmente um caráter catequético por influência do trabalho dos jesuítas, perdurando a concepção evangelizadora, cuja finalidade era a de fazer seguidores, até por volta da década de 70.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 5.692/71, o enfoque passou a centrar-se no desenvolvimento da religiosidade do estudante. Nesse âmbito, o Ensino Religioso teve como conteúdo os valores humanos voltados para uma vivência ética, sem se ater a qualquer forma de doutrinação. A metodologia aplicada nessa concepção objetivava um questionamento sobre a realidade do estudante, e as possíveis mudanças de atitudes, o ver, o julgar, o agir e o celebrar, constituíam então os passos metodológicos.

A LDBN nº 9.475/97, a qual apresenta uma nova redação para o artigo 33 da LDBN/96, aponta novos avanços e perspectivas para o Ensino Religioso, ao ressaltar a importância

de se assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e ao vedar quaisquer formas de proselitismo.

Refletir e analisar a diversidade religiosa existente possibilita ao estudante a compreensão do papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais. Ao aprender a conviver com diferentes tradições religiosas, vivenciando a própria cultura e respeitando as diversas formas de expressão cultural, o educando está também se abrindo para o conhecimento. Não se pode compreender nem respeitar o que não se conhece. Assim, o conceito de conhecimento do Ensino Religioso, de acordo com as teorias contemporâneas, aproxima-se cada vez mais a idéia de que conhecer é construir significados.

Ensino Religioso, como área do conhecimento, é diferente de "aula de religião", ou catequese, ou escola bíblica, ou ainda de qualquer modo de doutrinação, não pressupondo a adesão e muito menos o proselitismo ou a propagação de determinada crença religiosa. Sua especificidade é a decodificação ou a análise das manifestações do sagrado, possibilitando ao estudante o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso como fato cultural e social, bem como uma visão global do mundo e da pessoa, promovendo, assim, o respeito às diferenças no convívio social.

Seu objeto de estudo é o fenômeno religioso, que compreende o conjunto das manifestações do sagrado no âmbito individual e coletivo. Esse fenômeno acontece no âmbito de uma determinada cultura, é influenciado por ela e, conseqüentemente, também a influencia.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO:

Sugere-se uma problematização inicial para introduzir o assunto a ser estudado e a observação – reflexão – informação, na seqüência, permitindo assim a releitura do fenômeno religioso, favorecendo ao estudante a ampliação de sua visão de mundo, o exercício do diálogo inter-religioso e a valorização das diferentes expressões religiosas e místicas, a partir de sua realidade sociocultural. Esse estudo deve propiciar aos estudantes a compreensão das diferentes manifestações religiosas, ressaltando o respeito e as opções de procura pessoal de ensinamentos religiosos. A realidade do estudante deve ser o ponto de partida e o de chegada desse processo.

ARTES

Visando à realização de um trabalho que propicie o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, o ensino de Artes possibilita a compreensão do registro da interferência humana no espaço e no tempo por meio da ação criadora, representada pelas estruturas artísticas, e pelo modo de ver, ouvir, encenar ou movimentar-se. Proporciona também, a ação/reflexão sobre os valores culturais e ambientais estabelecidos pelo ser humano, prevendo o trabalho cooperativo e solidário e o desenvolvimento da autonomia para a pesquisa, organização e ressignificação de informações.

A Arte é uma forma de comunicação e expressão de idéias e sentimentos que se compõem de diferentes manifestações, cada uma com características e linguagem diferenciadas. As manifestações artísticas provêm de uma

cultura específica, de uma situação histórica e aí tem seu fundamento.

A função da arte na escola não prevê a formação profissional de artistas, e sim o desenvolvimento de um trabalho em que o objeto de estudo é a própria arte, representada por meio das convenções socioculturais, a partir das diferentes linguagens artísticas: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança.

O objeto de estudo do ensino de artes é a produção artística do ser humano, entendida como saber histórico e culturalmente produzido, veiculado por meio das diferentes linguagens artísticas.

Nessa perspectiva, apresentam-se dois eixos norteadores para o ensino de artes: a especificidade das linguagens artísticas e o entendimento da arte como produção cultural, os quais devem ser trabalhados de forma articulada e simultaneamente.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO:

Um dos objetivos do ensino de Artes é a ampliação do repertório do estudante através do conhecimento da Arte como instrumento de construção do saber humano. O estudante, por intermédio das reflexões feitas frente ao trabalho artístico de diferentes épocas, sociedades e realidades culturais vai construindo conceitos para embasar seu trabalho criativo.

As reflexões que se propõe aos estudantes dentro da proposta de ensino de Artes são relativas a: Arte e as relações com a sociedade da qual provém, em termos de cultura e momento histórico; Arte como expressão de idéias e sentimentos do artista, detentora de linguagens próprias;

relações entre Arte e Estética; elementos caracterizadores das diferentes linguagens artísticas.

GEOGRAFIA

A Geografia estuda a dinâmica da sociedade e da natureza, bem como suas inter-relações. Compreende-se como dinâmica da sociedade, as relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre os seres humanos. A dinâmica da natureza compreende as relações entre os elementos naturais (água, ar, solo, vegetação e relevo).

O objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, ou seja, o espaço produzido, transformado e organizado pela ação humana, de forma direta ou indireta.

Seu estudo se baseia na paisagem construída e organizada pelos diferentes grupos sociais, por meio do trabalho e das modificações feitas pela natureza e na natureza para satisfazer as necessidades das pessoas. Essas necessidades se modificam, de acordo com a época e as diferenças culturais de cada um dos grupos sociais, e causam impactos no ambiente em escalas variáveis.

O estudo do espaço geográfico trata da dinâmica da realidade sócio-ambiental nas suas relações dialéticas, sendo ele, portanto, reconstruído a cada momento. Caracteriza-se, ainda, pelas formas de ocupação que as pessoas desenvolvem, assumindo as formas de espaço rural ou urbano, de acordo com as atividades produtivas que neles são realizadas, pela infraestrutura que possuem.

O processo de transformação da natureza ocasionado pela dinâmica dos fenômenos naturais e pela atuação dos seres humanos vem, ao longo do tempo, alterando todo o ecossistema

terrestre. Os impactos ambientais causados por práticas devastadoras, como a poluição dos rios, o desmatamento das florestas, a emissão de gases poluentes na atmosfera, são fortes indícios de que os ambientes naturais correm perigo, o que nos faz refletir sobre a manutenção da vida e o futuro do Planeta, pois todos nós, em diferentes escalas, causamos algum tipo de impacto sobre o ambiente.

Nessa perspectiva, é fundamental contemplar a questão ecológica no trabalho pedagógico, sobretudo relacionada aos conteúdos atitudinais, objetivando desenvolver no estudante uma consciência voltada para a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade, num processo responsável de desenvolvimento.

“Tal tarefa só será realizada num ambiente escolar que se revista de uma atmosfera investigativa, em que se permita o diálogo e se exercite a reflexão sobre o conhecimento e as práticas sociais”. (Diretrizes Curriculares, 2006, p. 117).

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO:

É importante, no ensino da Geografia, valorizar as experiências dos estudantes, usando as representações de sua vida, inter-relacionando os conteúdos escolares com os acontecimentos do cotidiano.

O uso de diversos materiais didáticos, como: imagens, filmes, músicas, textos, aulas de campo, mapas, maquetes, entre outros, auxiliam a aprendizagem do aluno.

Para construir a noção de espaço, é importante ao estudante conhecer alguns conceitos, tais como: relações topológicas, relações projetivas, relações euclidianas, espaço vivido (vizinhança, separação, sucessão, inclusão), espaço

percebido, espaço concebido, localização, orientação, distribuição e representação dos fenômenos sócio-naturais, paisagem, território, lugar, região, limite, território, nação, fronteira, alfabetização cartográfica.

HISTÓRIA

O estudo da História é o estudo das sociedades em seu permanente fazer-se, caracterizando as relações dos seres humanos entre si e com a natureza, na dimensão coletiva e individual, numa perspectiva de interdependência e inter-relação entre os elementos sociais, ambientais, culturais, econômicos e políticos.

O conhecimento histórico deve privilegiar as formações sociais e de todos os sujeitos históricos, superando a idéia de que ensinar História é focar heróis e personagens. A História é feita a partir da participação de todos os agentes sociais tanto individuais como coletivos.

Assim, o objeto de estudo da história são as formações sociais e suas relações sociais, salientando as diferentes coletividades, percebendo as diferenças e semelhanças, conflitos e contradições, e igualdade e desigualdade.

O professor deve estimular o pensamento crítico de seus estudantes, dando oportunidade para que ele comece a pensar historicamente, através do estudo e da interpretação de várias fontes historiográficas: documentos, transposição de textos didáticos, depoimentos, jornais, livros de literatura, manifestações artísticas e folclóricas. Dessa forma o estudante percebe que a história está em constante transformação e que existem diferentes interpretações e explicações históricas.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO:

Propõem-se três eixos articuladores dos conteúdos: Cultura, Identidade e Cidadania. Esses conceitos devem ser trabalhados interligadamente.

O ensino de História busca superar a visão linear, única e ascendente do tempo e as abordagens que explicam os fatos dentro da lógica de causas e conseqüências, bem como a divisão tradicional da História (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), que passa a idéia de que determinados acontecimentos marcam a passagem de uma fase para outra completamente diferente.

O trabalho pedagógico com a História deve priorizar as vozes coletivas e sua lutas como atores decisivos do processo histórico, centrando sua atenção mais nas estruturas sociais do que nos acontecimentos, mais no coletivo do que no individual, mais na realidade e na relação com o cotidiano.

O ensino de História deve oportunizar ao estudante a compreensão de que as sociedades não são naturais, mas construídas pelos seres humanos, estando sempre em transformação, pois decorrem da forma como as pessoas se organizam para produzirem sua existência, relacionando-se com a natureza de diferentes maneiras.

LÍNGUA PORTUGUESA

O domínio da Língua Portuguesa é condição para as aprendizagens escolares e para a sobrevivência digna dos cidadãos em uma sociedade letrada e informatizada. Porém, o analfabetismo e o alfabetismo funcional ainda existem em um

percentual bem significativo em nossa cidade e no país (76% na área rural e 65% na área urbana).

Esses dados apontam para a necessidade de melhorar os resultados dos processos de alfabetização e as condições de letramento dos nossos estudantes. Isso significa que mais do que dominar o sistema alfabético de escrita, os estudantes de final de Ciclo II precisam estar usando com desenvoltura a leitura e a escrita em diferentes situações práticas, ou seja, devem ser alfabetizados funcionais.

Entende-se alfabetização como o processo de aquisição da leitura e da escrita pela criança: é o "processo decifrativo do código na leitura e o processo composicional do código na escrita" (SOARES, 1998)

Já letramento, segundo SOARES(2000), é o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive: sabe ler e lê jornais, revistas, livros; sabe ler e interpretar tabelas, quadros, formulários, sua carteira de trabalho, suas contas de água, luz, telefone; sabe escrever e escreve cartas, bilhetes, telegramas sem dificuldade, sabe preencher um formulário, sabe redigir um ofício, um requerimento².

Um cidadão está alfabetizado, e em processo de letramento, quando tem o domínio de práticas sociais da escrita e da leitura e é capaz de utilizá-la como meios para fazer análises da realidade e nela intervir.

O TEXTO é o objeto de estudo da Língua Portuguesa, entendido como unidade significativa global (constitui-se por

² Concepção retirada da Entrevista com Magda Becker Soares (Jornal do Brasil - 26/11/2000)
Disponível: <http://intervox.nce.ufrj.br/%7Eedpaes/magda.htm>
[Acesso, 12/07/2005]

um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência). Durante toda a vida escolar os estudantes devem operar, progressivamente, sobre diferentes gêneros textuais, selecionados para cada ciclo de acordo com diferentes níveis de complexidade e de possibilidades, objetivando que os estudantes apreendam as características específicas de cada gênero e percebam os diferentes temas, funções e intencionalidades dos mesmos.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO:

O trabalho com o texto deve ser desenvolvido considerando a articulação dos eixos de trabalho em Língua Portuguesa: oralidade, leitura, escrita e análise lingüística.

A oralidade deve ser explorada em todas as áreas do conhecimento, de forma a possibilitar aos estudantes a ampliação de suas formas de expressão, a (re)elaboração de argumentos a partir de novas informações, a construção de conceitos, além de incorporar novas palavras e seus significados ao vocabulário, compreender e avaliar o que ouvem e falam.

A leitura é o processo por meio do qual se constrói a compreensão de diferentes visões de mundo e de formas de expressão de idéias, propósitos, sentimentos e fazeres. Quanto mais se lê, mais se desenvolve a capacidade interpretativa. Por essa razão, a prática de leitura precisa ser priorizada diariamente. Ler implica o domínio da decodificação e dos aspectos mecânicos da leitura, mas também implica em perceber o que está explícito em cada texto, o que está subentendido e o que está omitido, processos esses que levam à compreensão da intenção do autor e ao estabelecimento de

relações entre diferentes formas expressivas e visões de mundo.

O texto é ponto de partida e de chegada do trabalho. A escrita – produção textual – deve ser encaminhada em situações de uso carregadas de significado, ou seja, em que estejam presentes os elementos do processo de produção: autor, interlocutor, tema e objetivo (que vão indicar o gênero textual e o grau de formalidade do texto).

A análise lingüística é o processo pelo qual se sistematizam normas gramaticais dentro de um contexto de uso referenciado. É o momento de reflexão sobre o funcionamento da língua, objetivando o domínio da mesma, ou seja, todo esse trabalho deve culminar numa situação de escrita (produção textual) melhor reelaborada. Na análise lingüística deve-se sempre partir dos elementos macrotextuais (unidade temática, seqüência, paragrafação, coesão, coerência, argumentação) para chegar às unidades menores da língua (palavra, sílaba, letra e som). Esse trabalho deve ser sistemático em sala de aula. Deve se trabalhar intensivamente todos os padrões silábicos da Língua Portuguesa: v (vogal): até; cv (consoante + vogal): bala; ccv: briga; vv: aula; vc: arte; cvv: língua; ccvv: treino; ccvc: atrás; cvcc: substantivo; cvvv: uruguai; ccvcc: transporte.

Por meio da análise lingüística os estudantes se apropriam da organização da linguagem, sem necessariamente decorar regras isoladas da linguagem verbal, pois o processo prevê uma situação prévia de uso significativo dos elementos lingüísticos analisados do texto.

Porém, é preciso tomar muito cuidado para que o texto não se torne um mero pretexto para a sistematização gramatical. É fundamental que os elementos analisados do

texto sejam relevantes para a compreensão do mesmo como veiculador de significados.

Em relação à nomenclatura gramatical, o professor deve ser criterioso para selecionar o que é ou não relevante. Noções de número (singular, plural) e de gênero (masculino, feminino) bem como algumas categorias clássicas (verbo, substantivo, adjetivo) e suas respectivas concordâncias devem ser sistematizadas, sempre que forem significativas no contexto de onde foram extraídas.

Desta forma, o trabalho com o texto acontecerá de modo a favorecer as condições para o uso e reflexão da língua pelas práticas de leitura, de produção oral e escrita e de análise de linguagem. Essas três práticas são indissociáveis, isto é, interpenetram-se nos momentos em que se vivenciam os atos de ler e escrever.

Por meio das diversas produções textuais é que o professor acompanha e realiza a mediação do trabalho elaborado pelos estudantes, observando os avanços e dificuldades de cada um no processo de apropriação da escrita e da leitura.

LITERATURA

É uma forma bastante agradável de inserção dos estudantes no mundo da escrita. É de competência de todos fazer da leitura uma atividade prazerosa, quer seja pela narrativa ficcional (contos clássicos e contos de autores contemporâneos), quer seja pela poesia.

Há necessidade de selecionar as obras segundo alguns critérios (ilustrações, formato e tipo de letra, bem como os aspectos que dizem respeito às especificidades do texto

narrativo, como a marcação cronológica, características dos personagens, ambiente em que se desenvolve o enredo e possibilidades de intertextualidade e de relações com outros conhecimentos).

A literatura tem como função social e como objetivo a fruição, o prazer, o envolvimento emocional. Por isso, o texto literário não deve ser usado como pretexto para sistematização metalingüística. No trabalho com a literatura, tão importante quanto analisar o que a obra diz é perceber como ela o diz. A sistematização da leitura de diversas obras faz com que o estudante aproprie-se da linguagem literária, fazendo as devidas inferências e até antecipando outras que contribuam para maior compreensão do que está lendo ou ouvindo. A leitura em si faz nascer e permanecer o gosto e a paixão pela literatura, fonte de prazer e de conhecimentos.

MATEMÁTICA

Letrar-se matematicamente significa aprender a utilizar com compreensão as diferentes linguagens matemáticas, estabelecendo relações significativas entre elas e mobilizando conhecimentos na solução de problemas relacionados ao mundo do trabalho, da ciência, da vida cotidiana e escolar.

São linguagens matemáticas a aritmética (números e operações), algébrica (em que variáveis representam os números), geométrica (espaço e as figuras geométricas), probabilística (estuda as hipóteses de ocorrência de acontecimentos), gráfica (representação de dados numéricos, por meio de gráficos, tabelas, diagramas) e lógica (trata-se das formas de encadeamento do raciocínio para justificar as conclusões).

O objeto de estudo da matemática é a compreensão, interpretação e descrição de fenômenos referentes ao ensino e à aprendizagem da matemática.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO:

O foco do ensino da Matemática fundamenta-se na investigação matemática, a qual pressupõe uma atitude de autonomia, pois instiga o estudante a levantar hipóteses, analisar, relacionar as observações feitas com a representação matemática adequada, argumentar, verificar e interpretar resultados comunicando suas idéias com segurança. Para tanto, pode-se utilizar de diversas metodologias:

- **RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS:** em que se deve dar ênfase aos procedimentos usados pelos estudantes visando à construção dos conceitos matemáticos e não apenas ao resultado final. Há 5 categorias de problemas: exercícios de reconhecimento (exige que o estudante reconheça ou relembre fatos ou definições); exercícios algorítmicos (podem ser resolvidos por meio de um procedimento passo a passo, como as diferentes operações); problemas de aplicação (requerem mudança da linguagem escrita para a linguagem matemática. Ex.: Qual o valor da prestação de uma TV de R\$ 569,00 que foi parcelado em 5 vezes?); problemas de pesquisa aberta (não contém no enunciado pistas para sua resolução. Ex.: Quantos triângulos diferentes podem ser desenhados tendo os dois lados de comprimento 5 e 7 cm?); situações-problema (em que é necessário identificar o problema presente na situação. Ex.: construa a planta da casa em que você gostaria de morar).
- **MODELAGEM MATEMÁTICA:** consiste na análise de situações reais e significativas em que são usados modelos matemáticos

para sua resolução. Ex.: Propor a montagem de uma horta escolar: identificar o que é preciso para tal, qual o tamanho e formato, tipo de solo, esboço da planta (onde entram os conceitos matemáticos) e após verificação de todo o processo, validação do mesmo com uma nova planta (completa).

- **ETNOMATEMÁTICA:** valoriza as raízes históricas e culturais da matemática espontânea presente nos diversos grupos culturais. É necessário conhecer a cultura de cada comunidade escolar levando os estudantes a estabelecer relações significativas, a partir da comparação e analogias com o que já é conhecido em sua cultura e grupo social.
- **HISTÓRIA DA MATEMÁTICA:** consiste na articulação entre os conhecimentos históricos de diferentes momentos e das diferentes culturas com o desenvolvimento da Matemática, entendendo-a como resultado das atividades humanas. Ex.: medidas arbitrárias para compreensão da necessidade da medida padrão.
- **JOGOS MATEMÁTICOS:** por meio dos jogos é possível abordar diversos conceitos matemáticos, além de tornar as aulas mais atrativas e despertar o interesse por situações que exijam cálculo mental, raciocínio lógico, respeito às regras, levantamento de hipóteses e autonomia.
- **TECNOLOGIAS:** possibilitam que os estudantes representem graficamente, processem e transformem informações, agilizem cálculos, investiguem modelos matemáticos, simulem conjecturas, visualizem conceitos e aprofundem conteúdos, além de desencadear novas formas de ler, escrever e se comunicar.

4.4. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996 ao art. 208 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), ocorreram avanços significativos relativos à efetivação da educação por parte do Estado.

A partir de 1996, fica objetivamente definido que a efetivação da educação no Brasil se dará mediante Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria, ou seja, a educação deve ser ofertada a todos, independentemente da faixa etária, ao passo que defende a necessidade da universalização do Ensino Fundamental a todas as crianças e aos adolescentes.

A LDBN n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996) alterou a concepção da educação voltada aos jovens e adultos. Cria-se a modalidade da Educação Básica denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA) em substituição ao Ensino Supletivo que havia até então.

Em 2000 a CEB emite o parecer da n.º 11/2000 do CNE que reconceitua a EJA e enfatiza a necessidade de se criar um modelo pedagógico específico, que promova situações pedagógicas que atendam às necessidades de aprendizagem de jovens e adultos, que reconheça e valorize suas experiências de vida.

Amplia-se, assim, a EJA, que passa a iniciar-se pela alfabetização, garantindo o direito à educação plena, compreendendo diferenças que existem, aos olhos dos jovens e dos adultos, em conceitos de cidadania e de preparação para o trabalho.

Já em 1990, a SME/PMC tomou a iniciativa de desenvolver uma proposta própria, que fosse adequada a jovens e adultos, trabalhadores ou não. No ano seguinte, em 1991, ocorreu a aprovação da Proposta Preliminar de Educação Básica de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, pelo CEE/PR, por meio do Parecer n.º 01/91 e da Deliberação n.º 05/91, que autorizou o funcionamento da EJA em caráter experimental, por dois anos, em 36 escolas da RME.

Em 1993, o CEE, por meio do Parecer n.º 162/93, integra a Proposta Pedagógica de Educação Básica de Jovens e Adultos ao sistema Estadual de Ensino, no âmbito da PMC, oficializando-a. Posteriormente, em 1994, ocorre a sua expansão para toda a RME. Esta proposta era extremamente inovadora para a época.

Atualmente a EJA é uma categoria organizacional³ constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas. Por isso, ela é uma modalidade da Educação Básica e sua ênfase não pode mais estar centrada apenas nos conteúdos escolares, mas também na formalização de saberes trazidos das práticas sociais e experiências vividas.

Sabemos que acesso à alfabetização e ao letramento é condição mínima de cidadania. Sem esse acesso, o jovem e o adulto não têm possibilidade de participação nos avanços tecnológicos; cada um vive "sem a possibilidade de entender em que sistema econômico ele está vivendo ou sobrevivendo. Trata-se de um cidadão que não sabe de que tipo de produção está participando, que tipo de inserção vai ter, seja no mercado formal ou informal, seja na pequena e média empresa (...)" (MEHEDFF, 1994, p. 147).

³ Conforme Parecer n.º 11/2000 da CEB/CNE, p. 05. Disponível: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf [Acesso: 07/06/2007]

Sabemos que a escolarização na EJA tem diferentes sentidos e significados pessoais e sociais para aqueles que a ela recorrem, os quais, por sua vez, os movem a estudar. Os adultos buscam a escola por razões como: ajudar seus filhos nas tarefas escolares, melhorar o relacionamento com as outras pessoas, manter seu emprego ou buscar reinserção no mercado de trabalho. A experiência de voltar a estudar amplia horizontes e permite a descoberta de que a vida está em constante processo de construção.

A nossa escola oferta EJA Fase I, que corresponde à organização curricular do Ensino Regular dos Ciclos I e II (1.^a a 4.^a série) do Ensino Fundamental; atendendo pessoas que não tiveram acesso na idade própria/ano⁴ escolar e garantindo um ensino de qualidade.

Mas nossa escola também se depara com a problemática da evasão escolar. Consideramos que existem diferentes fatores que contribuem para isso, como o modelo econômico vigente, a insegurança do trajeto percorrido pelos estudantes de suas casas até nossa escola, à noite, a necessidade de ficar em casa para que outras pessoas da família possam trabalhar para garantir a sobrevivência da família, a necessidade de exercer atividades esporádicas com contrato de trabalho temporário, o deslocamento para vários lugares para trabalhar, entre outros.

As salas de aula da EJA são formadas por estudantes que apresentam pluralidade de experiências de vida, demandas, necessidades e motivações heterogêneas, disparidade quanto à idade, aos níveis de construção do conhecimento escolar e às expectativas pessoais. No entanto, dominam um amplo e diversificado conhecimento, construído a partir de experiências

⁴ A expressão **idade própria** consta no art. 37 da LDNB n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996).

do cotidiano, e isso precisa ser considerado pelo professor em seu trabalho pedagógico.

As experiências de vida dos estudantes da EJA, os problemas que enfrentam na vivência cotidiana, os conflitos e as problemáticas da realidade próxima possibilitam reflexões e discussões que devem ser aprofundadas por meio dos conteúdos das áreas do conhecimento. Esses aprofundamentos devem considerar as intrínsecas relações sócio-ambientais, econômicas, culturais, éticas e étnico-raciais dos estudantes, entre outras.

Pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade aprendem observando, experimentando, fazendo, ouvindo relatos de experiências vividas por colegas, o que lhes permite construir caminhos singulares de compreensão. Esse conhecimento tácito dos estudantes é relevante no processo de ensino-aprendizagem, e o professor deve valer-se desse conhecimento para enriquecer seu trabalho.

Pela escolarização, o estudante da EJA aprofunda seus conhecimentos e também aprende a conhecer e a respeitar a diversidade da cultura brasileira, entrando em contato com o conhecimento científico, histórico e artístico da humanidade, ampliando sua visão de mundo.

Na PMC não há concurso público específico para professor de EJA o que consideramos um descaso para com essa modalidade da Educação Básica. Entendemos que para trabalhar com o estudante jovem e adulto o professor deve ter uma formação específica além de seu compromisso político com a educação popular.

Assim, consideramos extremamente importante que o professor assuma uma prática pedagógica que enfatize o exercício da reflexão através da discussão, da investigação, do

diálogo, do questionamento, e da cooperação na resolução de problemas, considerando os conhecimentos e estratégias de pensamento que os estudantes desenvolvem na prática social e as experiências vividas e compartilhadas pelos estudantes possibilitando a conquista da autonomia no agir e no pensar.

O compromisso efetivo do professor, e especialmente do que trabalha com a EJA, deve ser com a totalidade e pluralidade dos estudantes, compreendendo as ocorrências da prática educativa, assim como as participações e inter-relações nela existentes.

As histórias de vida dos estudantes devem ser consideradas como questões pedagógicas, pois elas contêm a expressão de suas necessidades, desejos e fracassos, e refletem as condições socioeconômicas e culturais de seus contextos de vida e o professor deve envolvê-los no aprendizado, fazendo-os refletir diante de sua própria aprendizagem, conscientizando-os e incentivando-os no processo de aprender.

O professor precisa saber quem são esses estudantes com os quais está interagindo e apoiá-los no processo de aprendizagem, identificando as diferenças de trajetórias caracterizadas pela singularidade, respeitando ritmos próprios, vibrando com suas conquistas e ajudando-os a enfrentar os desafios que o ensino de qualidade impõe.

Isso exige um aprofundamento, por parte do professor, no conhecimento sobre as formas pelas quais jovens, adultos e idosos aprendem, assim como pelas ressignificações que fazem a partir de suas vivências e experiências.

Além disso, o professor deve organizar o ambiente da sala de aula de maneira que a aprendizagem se efetive, envolvendo assim os estudantes no trabalho intelectual. Para

isso, é de competência dele providenciar materiais na biblioteca e com a equipe pedagógica da escola, demonstrando interesse pelo processo de ensino-aprendizagem, considerando que os estudantes muitas vezes só têm acesso a esses materiais em nosso ambiente escolar.

Em nossa escola a direção disponibiliza materiais diversificados e recursos educativos como revistas, jornais, textos, filmes, músicas, poesias, entre outros, para o desenvolvimento das atividades educativas.

A escola procura incentivar a comunidade a freqüentar a EJA e nela permanecer até a conclusão dos estudos. Percebendo a ausência freqüente de um estudante, vale entrar em contato com ele para saber o motivo e conscientizá-lo do direito que lhe está assegurado de retornar assim que lhe for possível, prevenindo dessa forma a evasão escolar.

Sabemos também que cabe à escola a adequação do tempo escolar ao ritmo de vida dos estudantes, no que se refere ao tempo de duração e aos horários de início e término das aulas, assim como às necessidades do estudante trabalhador.

Entendemos ser necessária a inclusão efetiva da EJA no calendário de eventos organizados pela escola, tais como: festividades, feiras de ciências, feiras culturais, exposição de trabalhos, passeios e visitas orientadas.

É fundamental que a escola acolha o estudante da EJA de maneira que ele se sinta seguro e confiante das suas potencialidades, como também integrado a todo o processo educativo desenvolvido pela escola.

Anualmente, são ofertados eventos de qualificação aos professores que atuam na EJA, como, por exemplo, cursos, oficinas, seminários e relatos de experiências, como também

material didático próprio, objetivando a melhoria da qualidade de ensino e do entendimento coletivo dessa modalidade.

4.4.1. A avaliação na Educação de Jovens e Adultos

Conforme Proposta Pedagógica da EJA – Fase I da SME/PMC, a avaliação é entendida como prática de investigação e dinamização do processo de conhecimento. Isto pressupõe a reflexão constante do professor sobre sua realidade e exige o acompanhamento dado ao estudante, passo a passo, no ato de conhecer, quanto a oportunização de novas situações de interação com o conhecimento, visando conduzir este estudante ao saber criticamente elaborado e com um significado no contexto da classe trabalhadora.

Pretende-se que a avaliação seja um processo formativo e contínuo, de caráter participativo e dinamizador do processo de aquisição do conhecimento pelo estudante, possibilitando indicativos para a superação das dificuldades ocorridas durante o processo ensino-aprendizagem.

Na EJA, para valorizar os conhecimentos já adquiridos pelo estudante, quando este ingressar no programa e não apresentar documento de transferência, o mesmo deverá passar por um período de sondagem realizado pelo professor, com o objetivo de identificar o nível de conhecimento em que se encontra.

Para realizar esta sondagem o professor utilizará vários instrumentos ou atividades que permitam verificar se o estudante venceu a Unidade Temática (UT) do programa. Ele iniciará com a UT de Língua Portuguesa I, Matemática I e assim que considerar vencida a UT, anotar na ficha Individual de Acompanhamento:

- data de início e término da unidade temática;
- parecer descritivo conclusivo por unidade temática.

Se o estudante apresentar documento de Transferência e Histórico Escolar, deverá ser matriculado na UT posterior à correspondente ao período que já freqüentou, observando a Matriz Curricular.

Quando a UT for considerada vencida, mesmo que isso se comprove antes que o estudante complete o número de horas previsto inicialmente para o cumprimento da UT, ser-lhe-á computada a carga horária total da UT (% de freqüência = 100%), pois se valorizará mais o conteúdo aprendido do que o tempo para isso estipulado.

O estudante da EJA, em função das necessidades emergenciais da sua vida e sobrevivência, não consegue freqüentar as aulas com regularidade. Assim, o cômputo da freqüência não tomará por base os dias letivos, em sua totalidade. Entende-se que o processo de construção do conhecimento não ocorre no mesmo ritmo e da mesma maneira entre os alunos. Assim, o professor utilizará a carga horária que se fizer necessária para o estudante, até que o mesmo demonstre efetivo conhecimento.

As UT facilitarão a retomada dos estudos, pelo estudante, do ponto em que houver parado, independentemente da freqüência em períodos contínuos. Desta forma elimina-se a seriação e a reprovação, tornando-se a avaliação um importante fator para assegurar a permanência do estudante jovem e adulto na escola, uma vez que, sendo contínua e não admitindo retrocesso, valoriza todos os avanços de aprendizagem obtidos.

As Unidades Temáticas facilitarão a retomada dos estudos, pelo estudante, do ponto em que houver parado, independentemente da freqüência em períodos contínuos. Desta

forma elimina-se a seriação e a reprovação, tornando-se a avaliação um importante fator para assegurar a permanência do jovem e adulto na escola.

Os resultados das avaliações serão registrados em Fichas Individuais de Acompanhamento com Parecer Conclusivo e na documentação escolar oficial que compreende o Histórico Escolar e Relatório Final.

4.5. INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais às escolas regulares parte do pressuposto de que todas as crianças têm o direito de estudarem juntas para crescerem como cidadãos capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

De acordo com o art. 5º da Resolução 02/2001, do CNE, "consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades / superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.”

A educação inclusiva se baseia em princípios como: aceitação das diferenças individuais; valorização da diversidade humana; direito de pertencer; parceria ativa com os pais; suporte para os alunos e professores; colaboração entre professores e outros profissionais que atendem os alunos inclusos; aprendizado colaborativo e cooperativo; igualdade de oportunidade; igual valor das minorias em comparação com a maioria.

A EM Ana Hella é uma escola de ensino regular e que oferece também a modalidade de EJA que atende estudantes com necessidades educacionais especiais nas suas classes. Contudo, consideramos que ainda estamos em busca de ser uma escola realmente inclusiva. Segundo a Declaração de Salamanca, “uma escola comum só se torna inclusiva depois que se reestruturou para atender a diversidade do corpo discente em termos de necessidades educacionais especiais, em termos de estilos e habilidades de aprendizagem dos alunos e em outros requisitos para atender a inclusão” (CUTSFORTH, 1994).

Percebemos que, na EJA, tem aumentado o número de estudantes com: déficit auditivo e/ou visual; indícios ou comprovação de distúrbios psíquicos; condutas típicas; deficiências físicas; histórico de classes especiais, entre outros. Muitos deles necessitam de encaminhamento especializado extra-escolar, no âmbito da Saúde Pública. Embora com isso haja uma demanda no atendimento diferenciado em sala de aula, é certo que todos são capazes de aprender, dentro das suas possibilidades.

Atualmente, todos os estudantes inclusos têm atendimento com outros profissionais em outras instituições especializadas e alguns alunos que apresentam condutas típicas são atendidos na própria escola através do trabalho de mediação de um psiquiatra. Alguns destes alunos também são atendidos na Clínica Renascer ou no Centro Municipal de Atendimento Especializado (CMAE); os portadores de Síndrome de Down freqüentam a escola especializada no contraturno.

Pela experiência de dez anos que se tem na questão da inclusão, a escola entende que ainda existem algumas necessidades a serem atendidas.

O artigo 8º da Resolução n.º02/2001 prevê algumas condições para organização das classes e turmas para atendimento aos educandos com necessidades especiais. Consideramos que algumas dessas condições ainda precisam ser melhor compreendidas: flexibilizações e adaptações curriculares (inciso III); serviços de apoio pedagógico especializado (inciso IV); condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com colaboração inclusive de instituições de ensino superior (inciso VI).

Além disso, podemos acrescentar as seguintes necessidades: a) o CMAE tenha capacidade efetiva de atender a demanda de estudantes que necessitam de atendimento em psicoterapia, pedagogia especializada, fonoaudiologia e reeducação visual e auditiva; b) a mantenedora oferte Capacitação Continuada sobre o tema, uma vez que a demanda tem sido constante.

Percebe-se, no entanto, que a capacitação ofertada não vem contemplando todos os professores envolvidos com o estudante com necessidades educacionais especiais,

priorizando-se, com maior freqüência, o professor regente da classe.

Em vista disso, a escola se mantém aberta para a inclusão, mas com melhores condições de trabalho, atendidas as necessidades acima expostas.

4.6. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A EM Ana Hella, desde 1999, optou pela organização escolar em Ciclos de Aprendizagem. Essa forma de organização trouxe um novo modo de pensar a educação, oferecendo uma forma continuada e prolongada de aprendizagem comprometida com o sucesso do estudante. Apresenta uma abordagem integral do educando, entendendo que seu desenvolvimento se dá em função da interação dos elementos biológicos, psíquicos e sociais que permeiam seu processo de vida.

Desafia os educadores a construir procedimentos inovadores para que a aprendizagem se efetive, considerando cada momento do processo aprendizagem como sendo ponto de chegada e partida para patamares superiores de aquisição de conhecimento.

Esta forma de organização alarga os tempos de aprendizagem dos conteúdos acadêmicos. No entanto, este tempo precisa ser muito bem trabalhado, devendo ser rico em interações e articulado a uma organização curricular cíclica onde os conteúdos são retomados em diferentes situações, possibilitando novas aproximações do estudante bem como aprofundamento e a expansão dos conceitos estudados.

É importante ressaltar que no ensino organizado em ciclos o educando avança sempre em seu processo de escolarização e a escola deve impulsionar este avanço de

maneira efetiva para a aquisição dos conhecimentos escolares, para que ele tenha autonomia crescente na busca do conhecimento.

De acordo com LIMA (1998, p. 9), os ciclos são “uma proposta de estruturação da escola que envolve, de maneira fundamental, a gestão: o gerenciamento do tempo, da utilização do espaço, dos instrumentos culturais, da coletividade que se reúne em torno do espaço escolar e, finalmente, da socialização do conhecimento.” Está relacionado com a reformulação do conceito de ensinar e aprender, entendendo que o conhecimento é direito de todo indivíduo.

Tudo isso implica, portanto, na necessidade de rever concepções e modelos por muito tempo cristalizados. Além disso, implica em condições de trabalho que dêem suporte a essa nova organização escolar, a começar pela capacitação dos profissionais, em especial os que estão ingressando na RME após os estudos iniciais de Implantação dos Ciclos de Aprendizagem.

Nesse ano, tivemos ampliado o quadro de professores, possibilitando mais tempo para atendimento ao estudante que necessita de apoio pedagógico. Porém, não basta a ampliação do tempo, se não vier acompanhado de um trabalho de qualidade junto à criança. Reorganizar os tempos e espaços escolares, no Ensino Fundamental, ainda requer muitos estudos, reflexões e trocas de experiências, que auxiliem os profissionais a implementar as mudanças necessárias.

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Na organização do trabalho pedagógico estamos considerando a seleção e organização de saberes e práticas constantes nas Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba (CURITIBA, 2006) e o Programa da Educação de Jovens e Adultos da SME.

A EJA Fase I tem características estruturais e funcionais flexíveis, tais como: a organização em dois períodos, correspondentes ao Ciclo I e ao Ciclo II do Ensino Fundamental; e a não-seriação, em que o estudante fica no período até que tenha o conhecimento necessário para avançar.

Nessa modalidade de educação, o estudante nunca é considerado desistente, pois, se por algum motivo tiver que interromper seus estudos, poderá retornar a qualquer momento à escola, recomeçando os estudos do ponto onde parou. Isso porque há uma ênfase no processo de construção do conhecimento contínuo e no constante incentivo para que os jovens, os adultos e os idosos não desistam dos estudos escolares.

Essa flexibilidade ainda inclui a frequência vinculada ao conteúdo. Embora haja um calendário determinado para início e término do curso, os estudantes podem entrar e ser certificados em qualquer época do ano letivo, bastando apresentar avanços significativos que expressem o domínio dos conteúdos vinculados às áreas do conhecimento.

O encaminhamento metodológico dos conteúdos das áreas do conhecimento irá reportar-se ao princípio descrito nas Diretrizes Curriculares da SME (CURITIBA, 2006), que tem a Filosofia como estratégia metodológica.

Sabemos que a escolha da metodologia é decisiva quando se opta em oportunizar o desenvolvimento do aprender a aprender. É preciso envolver os estudantes na tomada coletiva de decisões sobre um tema a ser estudado, sobre o desenvolvimento do trabalho e sobre a organização e registro das idéias. É preciso adotar uma postura aberta a opiniões, sugestões, ações, investigação, participação e diálogo que envolve o trabalho com muitos conteúdos e se organiza em torno de uma produção.

A organização das atividades deve favorecer a aprendizagem significativa, levando à autonomia cognitiva. Assim, devemos desenvolver um encaminhamento que favoreça o trabalho em equipe e a articulação entre os diferentes conhecimentos, inclusive de outras áreas.

Pode-se partir de um tema da experiência vivida, acontecimentos do momento que estão na mídia, algum desafio a ser enfrentado, um problema que a comunidade do entorno da escola está enfrentando ou um tema do currículo. O professor precisa ficar atento às demandas de temas. Organizar coletiva ou individualmente as experiências de aprendizagem e supri-las com a indicação de livros e outras fontes de informações para que possam resolver uma dada situação-problema com criatividade.

Cabe destacar que esta forma de encaminhamento desenvolve competências que são muito necessárias para a vida do cidadão como, por exemplo, a capacidade de observação, pesquisa, relacionamento interpessoal, autonomia cognitiva, entre outras.

É preciso, sem dúvida, envolver o estudante em sua aprendizagem, estabelecendo relações entre o que ele já sabe e o que ele está aprendendo, para que a sua compreensão seja a

maior possível. O professor deve propor atividades que exijam atitude curiosa e investigativa de forma organizada para que os educandos possam realizá-las. Na classe deve haver confiança, responsabilidade e compromisso de todos com a aprendizagem.

O Projeto de Implantação dos Ciclos de Aprendizagem da SME (CURITIBA, 1999, p. 31-2) aponta algumas estratégias metodológicas dizendo que as atividades didáticas devem:

- “Partir da identificação dos conhecimentos prévios dos estudantes – conjunto de percepções, valores, práticas e interpretações construídas até um dado momento e do princípio de que todos têm capacidade para aprender.
- Ter como premissa que é pelo uso dos conceitos cotidianos que as crianças dão sentido às definições e explicações de conceitos científicos.
- Constituir-se num processo permanente de problematização da realidade social e natural.
- Suscitar a busca e a estruturação de respostas cientificamente aceitas às hipóteses elaboradas individualmente ou coletivamente pelos alunos
- Considerar que o desenvolvimento depende das ações mentais e práticas exercidas pelo sujeito no ambiente com seus pares.
- Oportunizar o controle voluntário progressivo do desenvolvimento, por meios da tomada de consciência das estratégias de aprendizagem utilizadas.
- Permitir o acompanhamento sistemático do processo de aprendizagem dos estudantes, de forma a reorganizar a própria ação didática”.

Considerando o encaminhamento exposto anteriormente, entende-se que os tempos e espaços de trabalho devem ser ressignificados, tendo em vista o desenvolvimento do

estudante e a efetivação de uma aprendizagem significativa. O fundamental é articular os tempos e espaços da instituição escolar de modo a promover a aprendizagem. Porém, essa reorganização não é tarefa fácil.

Para LIMA (1998), a organização rígida e burocrática do tempo na escola (em horas-aula, dias letivos, bimestres, ano, etc.) faz parte da cultura escolar, de tal forma que acaba por distorcer a finalidade da instituição. Segundo LIMA,

“Se o objetivo da escola é promover a aprendizagem humana, o critério fundamental deveria ser a organização do tempo de forma que os indivíduos envolvidos sejam a prioridade e que, portanto, a concepção de tempo acompanhe os processos de aprendizagem e de ensino tal como eles ocorrem na espécie humana, evitando as rupturas criadas sempre que interrompemos uma explicação, uma atividade, um processo de reflexão por causa da forma rígida como o tempo é distribuído no dia-a-dia na escola”. LIMA (1998, p. 5)

Em relação à questão dos espaços escolares, é necessário rever a idéia de que a aprendizagem só acontece dentro das paredes da sala de aula, com alunos enfileirados e silenciosos. É preciso reorganizar o espaço da sala, considerando que a criança não aprende sozinha, mas na interação com o professor e os demais colegas. Então, o espaço da sala de aula deve ser pensado em função de possibilitar a interação e a aprendizagem dos estudantes, propiciando momentos de atividades individuais, mas também de trocas, com atividades em pequenos grupos e coletivas. Além disso, há que se considerar os demais espaços da escola que também são

espaços educativos: espaços de leitura, de artes, o laboratório de informática, o pátio, a cancha de esportes.

Assim, a organização do tempo e dos espaços escolares implica em organização e planejamento do trabalho pedagógico que considere as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, possibilitando-lhes a realização das diversas atividades que devem fazer parte do cotidiano da escola: ler, interpretar, analisar, discutir, planejar, problematizar, lançar hipóteses, pesquisar, criticar, criar, jogar, brincar, e registrar todo esse processo por meio de diferentes linguagens.

6. AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES

Em nossa escola desenvolvemos atividades pedagógicas complementares que visam ampliar e enriquecer o trabalho de sala de aula, bem como a visão de mundo do aluno.

LITERATURA INFANTIL

O projeto de Literatura Infantil objetiva reavivar no estudante o desejo de conhecer diferentes autores, diversos livros, com os mais variados tipos de textos (poéticos, poéticos musicados, narrativos, etc.) e com esse trabalho convidá-lo a uma "viagem" no mundo da fantasia, encantamento, problematização, levantamento de hipóteses, expectativas, buscando entrelaçar linguagens e estabelecendo diálogo entre as leituras e as atividades desenvolvidas em sala de aula com as múltiplas manifestações culturais. Pensamos que o conhecimento ocorre na interação com o outro, com a língua, portanto a leitura é essencial para desenvolvê-lo.

Possibilitamos ao estudante a exploração da especificidade do universo literário de forma lúdica, significativa e descontraída, através do prazer ou das emoções que as histórias lhes proporcionam. Pensamos que proporcionar ao educando um espaço lúdico e significativo é proporcionar a ele o *conhecer-se como sujeito cultural*.

Proporcionamos ao estudante o contato com uma diversidade de gêneros textuais como: contos, lendas, fábulas, histórias em quadrinhos (HQ), biografias, poemas, peças de teatro, entre outros, estabelecendo práticas interativas de leitura, de oralidade, voltadas para a compreensão do texto literário.

Já o empréstimo semanal de livros de Literatura Infantil tem como objetivo incentivar a leitura, sabendo que ela é de fundamental importância no desenvolvimento intelectual. Na escola, procura-se tornar o momento das trocas de livros em momentos prazerosos, em que os estudantes participam contando, lendo e comentando seus livros.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Para muitas crianças a escola parece um mundo à parte: sem graça, sem desafios, sem vida. Deparamo-nos com uma situação conflitante: as crianças vão para escola com baixo estímulo ou vontade de realizar as atividades cotidianamente propostas.

A questão é proporcionar uma educação que favoreça a compreensão da realidade e torne os nossos estudantes capazes de criticar e transformar o que acontece à sua volta, sua relação com a vida, a sociedade e o poder público, contribuindo para o aperfeiçoamento das múltiplas formas de cidadania, que tornam a vida melhor.

Para a criança a vida dentro da escola deve ser tão interessante quanto é fora dela. O processo de aprendizado deve ser uma experiência agradável. As crianças devem gostar de ir para a escola, achá-la criativa, desafiante, moderna, agradável e até mesmo lúdica. Lembrando aqui, que a palavra escola tem sua origem no latim clássico *schol*, que por sua vez originou-se do grego *skhole*, e que significava lazer. Portanto, precisamos tornar novamente a busca por conhecimento na escola, ser uma forma de lazer.

Mas o que vemos é, na maioria das vezes, o oposto. Existem diferentes formas de educar e diversos processos para

alcançarmos nossos objetivos pedagógicos. Não podemos ignorar a tecnologia, nem subestimá-la ou superestimá-la. Precisamos utilizá-la pedagogicamente de forma que não aconteça um distanciamento dos seus verdadeiros objetivos.

O computador é um recurso tecnológico bastante versátil, por meio do qual podemos entrar em contato com o mundo – real e virtual – utilizando recursos de multimídia (imagem, som, movimento) e a Internet. Com ele podemos desenvolver trabalhos específicos com programas educativos, jogos didáticos, enciclopédias digitais, e com os programas usuais do computador (Word, PowerPoint, Excel, entre outros).

A informática, além estar sintonizada com as outras áreas, serve de instrumento que possibilita a interdisciplinaridade e contribui decisivamente para a formação dos educandos. Tanto as atividades como os projetos são realizações que levam em conta a interdisciplinaridade, fazendo com que o uso do computador se torne um instrumento importante no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, ela contribui significativamente para a qualidade do ensino da escola, por potencializar o nível de aprendizado dos estudantes. Eles podem desenvolver atividades em informática desde a Educação Infantil, complementando seu aprendizado no decorrer da sua escolaridade e com o enriquecimento de atividades extracurriculares.

O uso do computador nas escolas pode contribuir para o desenvolvimento da oralidade, da leitura e da escrita, proporcionando um sistema de representação de idéias. Cria situações significativas de aprendizagem, vinculadas à utilização de diversos recursos e softwares educacionais, promovendo a leitura e a escrita e o desenvolvimento lógico-matemático.

O enfoque pretendido com o uso do computador parte do princípio de que o estudante deve ser estimulado a construir o seu próprio conhecimento, em tempos de uma tecnologia que se desenvolve muito rapidamente. Deve ser orientado para saber unir o conhecimento tecnológico com a sensibilidade necessária para não ser apenas uma continuação da máquina.

Essa é a concepção que fundamenta o trabalho que desenvolvemos no Laboratório de Informática, cuja carga horária é distribuída de modo que cada turma tem acesso ao mesmo por 50 minutos semanais. Os estudantes são organizados em duplas ou individualmente para a realização das atividades, contando com a orientação de um professor específico para essa função. Além disso, o Laboratório também é utilizado nas atividades de co-regência, sendo uma ferramenta auxiliar para complementação da aprendizagem.

EXPOHELLA

A escola organiza, uma vez por ano, uma exposição em sua área coberta, onde todas as turmas têm um espaço para expor suas experiências, pesquisas, trabalhos artísticos e resultados dos projetos desenvolvidos. É um dia de grande movimentação quando acontece o envolvimento da comunidade que comparece a escola para visitar a exposição e ouvir o relato dos estudantes.

JOGOS INTER-ESCOLARES NA RUA DA CIDADANIA

Participamos dos jogos inter-escolares que são organizados todos os anos pelo Núcleo Regional da Educação de Santa Felicidade (NRE/SF). Consideramos a participação muito

importante por ser um momento de confraternização entre os estudantes e professores de diferentes escolas.

7. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

7.1. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é integrante e intrínseca ao processo educacional e entendida como um dos aspectos do processo de aprendizagem. Visa subsidiar a construção de alternativas para o ensino e acompanhar os avanços que o estudante faz na busca do conhecimento para que sua aprendizagem seja bem sucedida. Desta maneira, deve estar integrada às demais atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula.

A avaliação também é entendida como um instrumento da aprendizagem, subsidiando a atuação do professor na reorientação de sua intervenção pedagógica por trazer elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática.

Numa organização escolar em Ciclos de Aprendizagem o papel da avaliação deve ser revisto, ou seja, ao invés de ser vista como um instrumento para definir a promoção ou retenção do educando, deve ser concebida como um processo formativo e contínuo, participativo e dinamizador do processo de aquisição do conhecimento. Assim, a avaliação deve servir para revelar os processos de aprendizagem, auxiliando o professor a perceber os indicativos de dificuldades do estudante, intervindo de modo que ele possa superá-las.

Em outras palavras: a avaliação deve ser entendida como um meio de se obter informações e subsídios para favorecer o desenvolvimento do estudante e a ampliação de seus conhecimentos. De posse destas informações o professor pode adotar procedimentos para corrigir e melhorar o processo pedagógico, reformulando-o e aperfeiçoando-o.

Contemplam-se ainda os conceitos expressos por HOFFMANN (1998), no que dizem respeito a uma avaliação onde os erros dos estudantes não são vistos como sinal de que ele não aprendeu, mas como formulações de hipóteses por um indivíduo em processo, indivíduo esse dotado de características psicológicas, sociais e vivenciais específicas que devem ser levadas em consideração. A autora citada fala em “erro construtivo”, aquele que, formulado inicialmente pelo aluno, constitui-se em primeiro estágio na apropriação de um conteúdo pelo mesmo. Etapa imprescindível, na medida em que denota o início da busca pela construção individual do conhecimento, através da reformulação dos conceitos pela observação dos fenômenos em questão e de suas relações, semelhanças e diferenças. Ao professor cabe a tarefa de provocar no estudante o questionamento, sem ser coercitivo (categoricamente declarando-o incorreto em suas respostas) ou ratificador (corrigindo-o imediatamente), levando-o a defender seus pontos de vista ou reformulá-los, frente a outras situações semelhantes.

Para que esta ação orientadora possa existir, faz-se necessário o acompanhamento minucioso e constante dos educandos, observando as hipóteses que vêm formulando a respeito dos conteúdos, de modo a realimentar o processo, oportunizando-lhe meios de reformular as hipóteses anteriormente expressas, a fim de garantir, em última análise, o acesso gradativo ao conhecimento.

HOFFMANN (1999) nos coloca ainda como fatores essenciais à avaliação mediadora as oportunidades que se dá ao estudante: a de expressar muitas vezes suas idéias e a de discutir com seus colegas a partir de situações desencadeadoras. Procuram-se levar ambos os fatores além do

âmbito do professor, quando se permite ao educando a auto-avaliação de sua caminhada rumo ao conhecimento, descobrindo-se como indivíduo em processo de construção e a discussão dos progressos coletivos e suas alternativas.

HOFFMANN (1998) reafirma este ponto de vista, ao colocar que o diálogo, a compreensão, a solidariedade na produção do saber “como resultado de uma prática onde se valoriza uma avaliação investigativa dos diferentes modos de pensar de professores e alunos, em que a cooperação e a interdisciplinaridade têm papel preponderante e na qual o “diferente” tem espaço e é concebido como portador de inúmeras possibilidades.

Posto que se propõe uma abordagem democrática da avaliação, a auto-avaliação é encarada como o estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), (BRASIL, 1997), que apesar de ser responsabilidade do professor, não deve ser considerada função exclusiva dele. Delegá-lo aos alunos, em determinados momentos, é condição didática necessária para que construam instrumentos de auto-regulação para diferentes aprendizagens. A auto-avaliação é uma situação de aprendizagem em que o aluno desenvolve estratégias de análise e interpretação de suas produções e dos diferentes procedimentos para se avaliar. Além desse aprendizado ser, em si, importante, porque é central para a construção da autonomia dos alunos, cumpre o papel de contribuir com a objetividade desejada na avaliação, uma vez que esta só pode ser construída com a coordenação dos diferentes pontos de vista tanto do aluno como do professor.

A intenção deste tipo de avaliação supera aquela referente ao conhecimento isolado dos progressos e dificuldades do estudante, face aos objetivos do ensino, quando estimula a

busca pessoal, suportada pela ação do professor como orientador da aprendizagem. Visa-se, então, criar oportunidades para que os educandos envolvam-se em sua avaliação, auxiliando na formação de sujeitos mais críticos e conscientes de sua atuação durante o processo de aprendizagem, avaliando a si mesmos a ao processo continuamente, procurando alcançar os objetivos propostos.

Os critérios de avaliação devem ser tomados em seu conjunto, considerados de forma contextual e, analisados à luz dos objetivos que realmente orientam o ensino oferecido aos estudantes.

Na Educação Infantil, a concepção de avaliação é semelhante: entendida como um processo contínuo, formativo, de caráter investigativo, cujo objetivo é a orientação do professor para que possa (re)organizar o trabalho pedagógico, planejando as intervenções necessárias tendo em vista o desenvolvimento da criança. A criança é tomada como referência dela própria, ou seja, a avaliação deve dispensar níveis comparativos entre as crianças.

Nesse sentido, o acompanhamento e o registro do processo não têm como objetivo a promoção ou a classificação da criança. Deve considerar os diferentes momentos do desenvolvimento infantil, entendido como um processo em permanente construção.

Os diferentes registros (relatórios, fotos, gravações, materiais produzidos pelas crianças) devem ser vistos sempre como registros provisórios, "devido ao ritmo de desenvolvimento, às formas de pensamento, às conquistas de aprendizagem da criança que se dão em um processo dinâmico e que se modificam pelas relações que se estabelecem no cotidiano." (CURITIBA, 2006, vol. 2, p. 38)

7.2. PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICOS E DE INTERVENÇÃO DIDÁTICA

Conforme o Regimento Escolar, a avaliação do aproveitamento escolar deve ser contínua, permanente e cumulativa, tomada na sua melhor forma, preponderando os aspectos qualitativos da aprendizagem por meio de técnicas e instrumentos diversificados e em diversas ocasiões.

A avaliação representa um momento importante enquanto norteadora de rumos e de decisões a serem tomadas após a análise de resultados. Deve funcionar, inicialmente, como um diagnóstico, para que o professor possa definir objetivos, conteúdos e o nível de aprofundamento de tais conteúdos.

Durante o processo, a prática constante da avaliação deverá ser elemento de reflexão contínua; a partir da verificação do grau de aprendizagem atingido, o professor retoma os aspectos que não tiverem sido satisfatoriamente assimilados e propõe novas vivências das habilidades e conhecimentos ainda não incorporados.

Afirma-se hoje que a avaliação deve funcionar como orientadora da intervenção do professor no processo, como motivadora de concepção de novas estratégias para uma melhor apresentação do conteúdo, não podendo ser mais ocasional e sim, constante, sistemática e permanente, acompanhando o aprendizado do estudante.

Quanto aos instrumentos de avaliação, é importante que sejam variados, abrangentes e condizentes com os objetivos propostos no planejamento. Deve-se lembrar que os critérios que se adotam para a correção das avaliações

desempenham um papel fundamental no estabelecimento de um instrumento justo, que espelhe o trabalho realizado em sala de aula.

Na organização do ensino em Ciclos de Aprendizagem a avaliação tem a função de acompanhamento pedagógico que possibilita a progressão continuada do estudante entre as etapas de cada Ciclo e entre um ciclo e outro, levando em conta seu aproveitamento qualitativo.

A Recuperação de Estudos é parte integrante do processo de aprendizagem no seu desenvolvimento e acontecerá concomitante ao processo de aprendizagem, quando o estudante tem o apoio da professora co-regente (apoio pedagógico) na própria sala de aula ou com extensão da carga horária, sempre que se fizer necessário.

Co-regência / Apoio Pedagógico:

Tendo em vista que o processo de construção do saber não ocorre da mesma maneira entre os estudantes e que os ritmos de aprendizagem são diferenciados, a escola precisa diferenciar os processos de ensino para que todos tenham condições de aprendizagem favoráveis.

Portanto, se entende que, pelo fato de os educandos terem necessidades de aprendizagem diferenciadas, a escola precisa proporcionar igualdade de acesso ao conhecimento por meio de diversos procedimentos pedagógicos, com intervenções constantes e individualizadas, diversificando estratégias para atender aos diferentes ritmos de aprendizagem.

Neste sentido, faz-se necessário o trabalho da professora co-regente, uma vez que sua contribuição será decisiva na efetivação da ação didática.

O trabalho da professora co-regente se dá em um processo concomitante e articulado às atividades da professora regente da classe, auxiliando individualmente o estudante a compreender e acompanhar as atividades realizadas pelos demais. Se o educando não tem este apoio no momento que ele se depara com uma dificuldade, pode desenvolver bloqueios e lacunas de aprendizagem. Por isso, a intervenção didática apropriada da professora co-regente é extremamente necessária. A professora co-regente busca informações a respeito das características individuais junto à professora regente, equipe pedagógica e ao próprio estudante para conhecê-lo e assim poder intervir em seu processo de aprendizagem de maneira adequada.

Segundo o documento elaborado pela equipe de Currículo do Departamento de Ensino Fundamental da SME, "Subsídios a prática escolar: Co-Regência", o co-regente deve buscar uma estreita aproximação com o educando e estabelecer com ele um clima de confiança mútua, preocupando-se sempre em:

- Observar a necessidade que ele apresenta em cada momento do desenvolvimento de uma tarefa.
- Observar aspectos sensoriais com atenção e sutileza.
- Perguntar sobre o que e como tentou fazer ao se deparar com alguma dificuldade.
- Apoiar cada iniciativa do estudante rumo à resolução de problemas.
- Compreender e divulgar que todos somos capazes de aprender e que, para isso, dependemos dos outros por algum tempo. Já dizia VYGOTSKY (1984) que "... aquilo que fazemos com ajuda de alguém hoje seremos capazes de fazer sozinhos amanhã".

- Orientar passo a passo quanto aos procedimentos a serem adotados pelo educando nas diversas situações de aprendizagem.
- Responder corretamente às dúvidas do estudante, mas nunca sem antes levá-lo a encontrar uma resposta por si mesmo. Mesmo que incompleta, pois isso nos auxilia na construção de intervenções didáticas mais adequadas.
- Registrar por escrito as observações sobre o educando, informando sistematicamente a equipe pedagógica e a regente sobre os resultados de aprendizagem obtidos durante o processo.

O objetivo do trabalho da professora co-regente é auxiliar o estudante com dificuldades de aprendizagem a realizar as atividades pedagógicas de sala de aula, favorecendo o sucesso do processo ensino-aprendizagem para todos.

Em nossa escola, além do trabalho descrito acima, tivemos possibilidade de organizar um horário de apoio pedagógico em contraturno. Esse trabalho, que implica em extensão de carga horária (2 horas semanais), atende a grupos de 6(seis) a 8(oito) estudantes, em ambiente específico, organizados de acordo com suas necessidades de aprendizagem.

Nesse tempo, o professor procura desenvolver atividades diversificadas, envolvendo jogos, trabalho com material concreto e outros recursos, objetivando a apropriação de conceitos básicos que contribuam para a aquisição do conhecimento pelo estudante. Reafirmamos a necessidade de um trabalho diferenciado, que não signifique repetição de atividades já desenvolvidas em sala de aula, mas sim que se desenvolvam situações significativas e desafiadoras para as crianças que as auxiliem a superar suas dificuldades.

7.3. PROCEDIMENTOS DE REGISTRO E DE INFORMAÇÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar foram organizados com base nas Diretrizes Curriculares (CURITIBA, 2006), considerando-se as necessárias adequações à realidade escolar.

Os resultados do aproveitamento escolar são registrados em fichas de acompanhamento do processo de aprendizagem, envolvendo todas as áreas do conhecimento (Anexo I).

O registro dos resultados parcial e conclusivo dos processos de avaliação é disponibilizado aos pais ou responsáveis em datas definidas no início de cada ano letivo.

Entendemos que ainda não dispomos de um instrumento adequado para registro da avaliação trimestral destinada a comunicar o aproveitamento escolar aos pais. É preocupação do grupo de professores a organização de um instrumento que sintetize esses resultados aos pais de forma mais clara possível. Estudos e discussões mais aprofundadas ainda precisam ser feitas envolvendo-se os próprios pais nessa discussão.

Por outro lado, entendemos que a mantenedora deve desencadear uma discussão com toda sua RME e chegar a um consenso no sentido de desenvolver um instrumento único para todas suas escolas.

O Conselho de Classe acompanha o processo de avaliação do aproveitamento escolar, debatendo e analisando todos os dados intervenientes na aprendizagem, propondo encaminhamentos necessários, tanto no que se refere aos

estudantes como em relação ao trabalho pedagógico que vem sendo desenvolvido.

7.4. PROCESSOS DE PROMOÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, ADAPTAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO

7.4.1. Promoção

A progressão é a passagem de um Ciclo/Etapa a outra, após a conclusão do ano letivo e para tal é exigida a frequência mínima de 75% da carga horária do Ciclo.

O estudante que ao final do Ciclo, apresentar dificuldades acentuadas em seu processo de aprendizagem será submetido a parecer de uma equipe multidisciplinar conforme o artigo 65 do Regimento Escolar. A equipe multidisciplinar deverá referendar ou não a necessidade de permanência do educando no Ciclo por mais um ano letivo, sendo que este, em qualquer época, poderá ser reclassificado para o Ciclo seguinte.

Atualmente, é realizado também um estudo de caso de estudantes das etapas iniciais de cada Ciclo que apresentem dificuldade significativa de aprendizagem, a fim de analisar a possibilidade de progressão ou de permanência justificada na etapa em questão. Desse estudo de caso, além dos profissionais da escola, participam também alguns profissionais do Núcleo de Educação.

As formas de progressão são expressas da seguinte forma no Relatório Final:

- PS – Progressão Simples – para o aluno que prosseguirá normalmente seus estudos de um Ciclo para outro.
- PA – Progressão com necessidade de apoio pedagógico.

7.4.2. Classificação

Classificação é o procedimento pelo qual a escola posiciona o educando em ciclo/etapa compatível com a idade, experiência e desempenho adquiridos por meios formais ou informais, podendo ser realizada por promoção (para estudantes que cursaram com aproveitamento em ciclo anterior na própria escola) ou por transferência (para estudantes procedentes de outras escolas do país ou do exterior, considerando a classificação na escola de origem), conforme artigos 79 a 81 do regimento Escolar.

7.4.3. Reclassificação

Pela reclassificação, a escola avalia o grau de desenvolvimento e experiência do educando matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo ao período de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar (artigos 82 a 84 do Regimento Escolar).

A adaptação de estudos é o conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas, sem prejuízo das atividades normais do ciclo em que o educando se matricular, para que possa seguir, com proveito, o novo currículo. A adaptação far-se-á pela base nacional comum, durante o período letivo.

Para efetivação do processo de adaptação, a equipe pedagógico-administrativa e os docentes dos ciclos envolvidos deverão: comparar o currículo, especificando as adaptações a que o estudante estará sujeito; elaborar um plano próprio, flexível e adequado a cada caso; ao final do processo, elaborar a ata de resultados, registrando-os no Histórico Escolar do

estudante e no Relatório Final, conforme orientações do Regimento Escolar (artigos 85 e 86).

7.4.4. Progressão parcial

Os estudantes recebidos com Progressão Parcial deverão passar por um processo de avaliação diagnóstica pelo professor regente da turma, considerando-se também os resultados registrados em Parecer Descritivo, a fim de que se possa elaborar um Plano de Apoio Pedagógico que atenda às necessidades do estudante. A escola não oferta Progressão Parcial em seu sistema de avaliação.

8. PROCESSOS DE APRIMORAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA

Todas as organizações estão enfrentando um ritmo de mudanças sem precedentes na história da humanidade e isso torna implícita a necessidade da aprendizagem continuada como um processo, fazendo parte da sua cultura.

Por outro lado, a aprendizagem continuada deve ser vista como uma postura mental, um hábito de vida, um modelo de pensar sobre as coisas, estar aberto às mudanças e promover inovações.

Os profissionais da escola, que trabalham com ensino e aprendizagem também precisam adotar uma postura de aprendizado constante, tendo condições concretas para isso.

Sabe-se que a aprendizagem envolve movimento e novas conexões mentais, o que torna as pessoas capazes de fazer coisas que nunca foram capazes de fazer antes, pois ampliam a criatividade. Aprender significa expandir a capacidade de produzir os resultados que se deseja na vida, significa que a vida deve ser encarada como uma caminhada criativa deixando de lado a perspectiva reativa.

Profissionais que aprenderam a aprender sabem o que fazer diante de situações difíceis e novas além de saber manter um bom relacionamento com os colegas de trabalho.

Porém o aprendizado só começa efetivamente com o reconhecimento da necessidade de aprender, quando os profissionais assumem a responsabilidade por sua aprendizagem.

A aprendizagem faz parte da natureza humana, melhora o desempenho e, portanto o professor precisa estar constantemente aprendendo de forma intencional.

A SME precisa possibilitar a todos os profissionais que atuam na escola uma capacitação continuada que busque a unidade de teoria e prática tendo como alvo o sucesso do estudante. Faz-se necessário entender cada vez mais como a criança pensa e constrói o conhecimento. Esta capacitação deverá também apontar procedimentos metodológicos que promovam a melhoria das condições de aprendizagem dos alunos.

A escola também deve se constituir em um espaço de desenvolvimento profissional dos professores. Parte da formação continuada pode se dar na própria escola, envolvendo o conjunto dos profissionais, tomando a realidade da escola e a sua problemática como ponto de partida e como ponto de chegada da reflexão mediada pelas contribuições teóricas.

Como escola, temos como meta a busca de capacitação nos seguintes temas:

1. A inclusão (aprofundamento)
 2. A Educação Infantil (se a escola tiver oferta dessa modalidade, isso é imprescindível)
 3. O trabalho com a diversidade dos alunos (base para o trabalho pedagógico da escola organizada em ciclos)
- * Dificuldades de aprendizagem

A Caracterização da Realidade Escolar permitiu-nos perceber que temos recebido muitos profissionais, principalmente no turno da tarde, que ingressaram na RME nos últimos 5(cinco) anos. Esses professores não vivenciaram o processo de Implantação dos Ciclos de Aprendizagem nas Escolas, bem como todas as discussões e estudos desencadeados pela mantenedora por ocasião da implantação a nível nacional da inclusão de educandos com necessidades especiais nas escolas regulares e, nesse sentido, necessitam ser

envolvidos em mais estudos e receber uma formação mais específica.

A SME oferece algumas modalidades de capacitação que precisam continuar sendo ofertadas como:

- Encontro por áreas do conhecimento com profissionais da própria SME para diálogo sobre questões práticas do processo de ensino.

- Seminários com apresentações de experiências.

- Palestras com educadores que têm produções teóricas e que auxiliam na reflexão da prática educacional.

- Ciclos de estudos com levantamento de dúvidas, relatos de experiências, discussão de problemas comuns, com posterior busca de alternativas de encaminhamentos tanto pedagógicos como administrativos.

- Capacitação em forma de oficinas com atividades práticas.

- Projeto Escola-Universidade, em que os professores bolsistas recebem orientação durante um período de 5 meses para desenvolver os projetos aprovados, relacionados a temáticas definidas previamente.

Em relação às modalidades de capacitação ofertadas pela SME, consideramos necessário rever algumas questões: possibilitar que os pedagogos possam participar dos cursos e oficinas relacionados às áreas do conhecimento (nem sempre são abertas vagas para esses profissionais); rever os critérios de escolha e aprovação dos Projetos Escola-Universidade, em que muitas vezes a subjetividade e interesses específicos dos docentes das instituições parceiras preponderam sobre as demais questões pedagógicas.

Na própria escola, nos dias de permanência, que por si só se constituem em espaço de aprendizagem continuada do

professor, é possível: refletir permanentemente sobre as práticas de sala de aula e da escola; buscar referenciais teóricos que ofereçam suporte e reflexão sobre os conteúdos das áreas do conhecimento; planejar em conjunto com os demais colegas de maneira que um profissional aprenda com o outro.

As reuniões pedagógicas também são momentos de estudo, reflexão e trocas sobre questões teóricas e práticas do processo educacional e do projeto pedagógico.

A Semana de Estudos Pedagógicos é uma modalidade de formação continuada que consta do calendário escolar, onde dois dias são organizados pela SME e três são de responsabilidade da escola. Nos dias sob responsabilidade da Escola, nesse ano, procuramos realizar palestras e/ou oficinas relacionadas às áreas do conhecimento onde percebemos necessidade de maior aprofundamento ou esclarecimento de dúvidas, a fim de subsidiar a prática do professor em sala de aula.

Entendemos que a responsabilidade e a coordenação da capacitação continuada dos professores é da SME, que deve se mobilizar e dar condições concretas para que isso se efetive dentro e fora da escola.

9. GESTÃO ESCOLAR – ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE

O Plano de Gestão escolar da EM Ana Hella (Anexo III) tem como seu maior objetivo promover a sustentação de um ambiente propício à participação plena de professores, funcionários, estudantes e seus pais no processo escolar, buscando melhoria na qualidade de ensino.

O Plano de Ação das Pedagogas (Anexo IV) foi elaborado considerando-se o projeto de gestão escolar, bem como os Indicadores de Qualidade na Educação. Tem como objetivo contribuir, também, para a melhoria da qualidade do ensino.

Todas as ações e decisões da gestão escolar são referendadas pelo Conselho de Escola, que se articula com seus segmentos, tomando e reformulando decisões, de acordo com os objetivos propostos por esta unidade de ensino, caracterizando-se no órgão máximo de direção.

O Conselho de Escola tem por finalidade efetivar a gestão escolar democrática, promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade escolar. Além disso, por meio de reuniões periódicas, estabelece as diretrizes e critérios de organização da escola, contribuindo para que cumpra sua função educativa.

Consideramos fundamental a participação de todos os segmentos nas reuniões do Conselho, por meio dos representantes eleitos, devendo promover necessariamente o fluxo de informações com seus pares para a tomada de decisões de forma consciente e responsável.

A Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) da escola, como órgão representativo da comunidade escolar,

contribui no processo de gestão escolar, discutindo e sugerindo ações que oportunizem a integração família-escola-comunidade. Entre suas diversas atribuições, a APPF tem procurado acompanhar a aplicação das verbas recebidas pela Escola advindas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Verba de Descentralização, etc, opinando sobre sua utilização e realizando as prestações de contas periódicas para a comunidade escolar.

A Festa Junina é um evento organizado pela APPF sob a liderança da Direção da escola, que congrega pais, educandos, professores, pedagogas e demais funcionários. É um evento festivo envolvendo a comunidade que comparece em grande número e participa ativamente na organização, nas brincadeiras e assiste seus filhos que se apresentam em danças e quadrilhas.

Além da festa junina, outras celebrações são realizadas na escola, com o objetivo "não só de expressar alegria, mas reforçar e alicerçar sentimentos, alimentar lealdades e conscientizar o grupo do que celebra".

Na escola, além da celebração de datas como Páscoa, Dia das Mães, Dia da Criança, Dia do Professor e Celebração de Encerramento do ano letivo, sempre que possível, de acordo com o planejamento das turmas, trabalha-se os acontecimentos procurando abordar aspectos como: origem (história e fatos); personagens envolvidos; localização no tempo e no espaço; motivos pelos quais são celebrados e seus significados; tipos de comemorações; mitos que os envolvem; fatos que dão legitimidade.

As celebrações são muito valorizadas e bem quistas por toda a escola e a comunidade que sempre espera por esses momentos e participa em grande número.

A Educação Permanente, ofertada pela escola, também é uma forma de integração escola-comunidade, entendida como uma proposta de educação continuada. Seus objetivos são: a) aprofundar os elos entre a escola e a comunidade; b) oferecer à comunidade atualização e ampliação de seus conhecimentos; c) proporcionar a realização plena de urbanidade e cidadania; e d) elevar o nível de qualidade de vida da comunidade.

A escola oferece diversos cursos de Educação Permanente, no período noturno, seguindo os critérios definidos pela Mantenedora: inglês, capoeira, teatro, dança. Novos cursos podem ser abertos em qualquer época do ano, conforme a demanda da comunidade.

Por meio de parceria com o Rotary Mercês todos os nossos estudantes no início do ano letivo, passam por exames de visão. Os que apresentam problemas são encaminhados a um oftalmologista e nos casos de necessidade de óculos, estes são doados. O Rotary propicia também a compra de uniformes e materiais escolar para alguns estudantes carentes.

Com o objetivo de auxiliar a escola em relação às condições adequadas para permanência da criança na instituição, temos contado com o apoio da Rede de Proteção. A escola participa, por meio de um representante da EPA, da Rede de Proteção do bairro Vista Alegre, que realiza reuniões periódicas com seus representantes, no Posto de Saúde Bom Pastor. O apoio da Rede de Proteção tem sido bastante importante em alguns casos de crianças em situação de risco ou abandono, auxiliando no retorno da mesma à escola e buscando estratégias para auxiliar e orientar a sua família.

Da mesma forma a Ficha de Comunicação do Aluno Ausente (FICA), estratégia que é parte do projeto ABRACE (Ações em Benefício do Regresso do Aluno à Escola) é utilizada

como mais um mecanismo que auxilia na efetivação do direito dos estudantes de acesso e permanência na escola, condição mínima para o sucesso do aprendizado. A FICA é enviada ao Conselho Tutelar, após a escola esgotar todos os recursos possíveis que possibilitem o retorno e permanência do estudante na escola.

Nesse sentido, os profissionais da escola vem sentindo necessidade de um apoio mais rápido e efetivo do Conselho Tutelar, nos casos de evasão ou de crianças em situação de risco. Em muitos casos, a própria família, no contato com os profissionais da Escola, alega que o Conselho Tutelar “não fará nada” para resolver o problema.

Muitas vezes a escola sente-se impotente diante de situações graves que lesam os direitos fundamentais da pessoa, em especial de nossas crianças. Há um limite em relação às possibilidades da escola de mudar uma realidade social. Essas considerações reforçam a importância da articulação de todos os órgãos da sociedade (Conselho Tutelar, Secretarias Municipais, Ministério Público) no que se refere a garantir às crianças o direito a uma educação de qualidade.

10. REGIME ESCOLAR

10.1 ORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR

O Calendário Escolar de 2.006 da EM Ana Hella foi elaborado de acordo com a legislação vigente – Diretrizes para elaboração do Calendário Escolar – 2.006, considerando-se as situações abaixo relacionadas:

Atividades Escolares:

- Previsão de 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas de atividades escolares (Lei nº 9394/96 Art. 24 inciso I).
- Previsão de 211 (duzentos e onze) dias atividades escolares compreendendo:
 - 05 dias para Semana de Estudos Pedagógicos;
 - 06 dias para Reuniões Pedagógico-Administrativas e Conselho de Classe.

Participam da elaboração todos os segmentos da comunidade escolar; em seguida ele é aprovado pelo Conselho de Escola e encaminhado a SME para aprovação.

Dependendo da necessidade e da organização da escola, as datas das reuniões poderão ser alteradas, desde que haja consenso e ciência da Chefia do Núcleo de Educação, através de ofício a ser encaminhado pela escola em tempo hábil. (Anexo IV)

10.2. HORÁRIOS DE ATENDIMENTO E TIPO DE OFERTA

A EM Ana Hella organizou seu horário e turnos para melhor atender sua comunidade no ano de 2.006, da seguinte forma:

- Turno da Manhã e Tarde – com os 2 Ciclos do Ensino Fundamental, com os respectivos horários:

- Manhã: 7:30 horas às 11:30 horas

- Tarde: 13:30 horas às 17:30 horas

- Turno da Noite – EJA – horário de início às 18:00 horas e término às 22:00 horas.

As turmas ficaram assim distribuídas:

QUADRO III – DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS POR TURNO

TURNOS/ TURMAS	CICLO I	CICLO II
MANHÃ (6 turmas)	ETAPA INICIAL (1T) 1ª ETAPA (2 T) 2ª ETAPA (1 T)	1ª ETAPA (1 T) 2ª ETAPA (1 T)
TARDE (6 turmas)	ETAPA INICIAL (1T) 1ª ETAPA (1 T) 2ª ETAPA (2 T)	1ª ETAPA (1 T) 2ª ETAPA (1 T)
NOITE	EJA FASE I (2 T)	

Para o atendimento dessas turmas, num total de 380 alunos, a escola conta com 22 professores, sendo que dois são da área de Educação Física e dois possuem laudo médico (Anexo V).

O atendimento às turmas da EJA, nesse ano, é feito por dois professores da escola, contratados em Regime Integral de Trabalho.

11. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Coerentemente com as concepções expressas nesse documento, entendemos que a avaliação institucional é um processo importante e necessário, tendo em vista a meta da escola e da SME de melhoria da qualidade do ensino.

Consideramos que é parte desse processo a avaliação do trabalho da escola como um todo, o que envolve: avaliação do trabalho dos profissionais da instituição; avaliação do trabalho da própria instituição junto à comunidade escolar; avaliações externas da aprendizagem dos estudantes. Essas avaliações contribuem para a reorganização das ações no interior da escola, e servem de subsídio para realimentação do próprio projeto pedagógico.

A avaliação dos profissionais da instituição não se realiza somente em ocasiões especificamente programadas para tal. É importante que, ao longo do ano, sempre que necessário, aconteçam momentos de análise e reflexão sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido por cada um dos profissionais (no dia-a-dia, em reuniões, conselhos de classe, entre outras).

As avaliações externas envolvendo os estudantes, realizadas por outros órgãos (MEC, SME), são instrumentos importantes que trazem contribuições para a prática pedagógica desenvolvida na escola. Os resultados da Prova Brasil (2005) possibilitaram uma importante reflexão sobre a qualidade do trabalho que a escola vem desenvolvendo, especificamente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, auxiliando no planejamento e implementação de novas ações que contribuam para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem de nossos estudantes.

A escola também está iniciando um processo de avaliação da aprendizagem dos educandos realizado pela Equipe Pedagógico-administrativa, com ajuda dos professores auxiliares, com o objetivo de possibilitar “outros olhares” sobre o processo pedagógico e contribuir com sugestões para sua melhoria.

Além disso, ao final de cada ano letivo, é organizada uma reunião de avaliação do trabalho da escola e do projeto de gestão junto à comunidade escolar e Conselho de Escola. Nessa reunião, é discutido o andamento do mesmo, onde poderão ser indicados necessidades de renovação e inovação ou dar novos rumos às ações. Assim, poderão surgir novas prioridades e metas buscando-se constantes atualizações.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996.

____. **Constituição Federal – 1988**. 7. ed. ver. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Brasília, 1988.

____. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5.ª a 8.ª série**. v. 3. Introdução. 2002.

____. **Parecer CEB n.º 11, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília, 2000.

____. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: CBIA, 1991.

____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília; MEC/SEF, 1997.

____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, 3 vol.

____. **Resolução CEB n.º 02, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Conselho nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília. 2001.

CURITIBA. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba.** Secretaria Municipal de Educação. Curitiba, 2006. 4 vol.

____. **Projeto de Implantação dos Ciclos de Aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Curitiba.** Secretaria Municipal de Educação. Curitiba, 1999.

CUTSFORTH, T. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, Ministério da Justiça/CORDE, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder - Introdução à Pedagogia do Conflito.** São Paulo, 1999.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-Escola à Universidade.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação.** Porto Alegre : Mediação, 1998.

LIMA, E. S. **Ciclos de formação: uma reorganização do tempo escolar.** São Paulo: Sobradinho 107, 1998.

____. **Como a criança pequena se desenvolve.** São Paulo: Sobradinho 107, 2001.

MEHEDEFF, N. Debate. In: FERRETTI, C. J. et al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MELLO, G. N. **Educação Escolar Brasileira: o que trouxemos do século XX?** Porto Alegre, Artmed, 2004.p. 35-53

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 05/91**, de 08 de fevereiro de 1991.

____. **Deliberação n.º 03/06**, de 09 de junho de 2006.

____. **Parecer n.º 01/91**, de 07 de fevereiro de 1991.

____. **Parecer n.º 162/93**, de 09 julho de 1993.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. São Paulo, 1999.

UNESCO. V Conferência Internacional de Educação de Adultos. **Declaração de Hamburgo**. Hamburgo, Alemanha, jul. 1997.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Construção do Conhecimento**. São Paulo, 1995.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

13. ANEXOS

Anexo I – Lista de Gráficos

Anexo II – Instrumentos de Registro de Avaliação da Aprendizagem

Anexo III – Plano de Gestão

Anexo IV – Plano de Ação das Pedagogas

Anexo V – Calendário escolar

Anexo VI – Relação de Profissionais